

JORNAL

DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO



ANO 13 / Nº 45

MARÇO 2018

O Estado de Mal-Estar Social no Brasil

FOTOS: PIXVEX.COM

DIVERSIDADE SEXUAL

CFP publica resolução sobre atuação *psi* junto a travestis e transexuais.

p. 04

ARTIGO

A importância dos 30 anos do Encontro de Bauru é lembrada por Rita Louzada

p. 06

EVENTO

IV Seminário Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas acontece em Nova Iguaçu

p. 04

SUMÁRIO

EDITORIAL	p. 03
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	p. 04
DIVERSIDADE SEXUAL	p. 06
LUTA ANTIMANICOMIAL	p. 08
ARTIGO: GREVE	p. 12
MEDIAÇÃO	p. 14
RELAÇÕES RACIAIS	p. 17
CAPA	p. 18
SESSÃO RECOMENDADA	p. 26
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	p. 28
BAIXADA	p. 30
NORTE-NOROESTE FLUMINENSE	p. 31
REGIÃO SERRANA	p. 32
CIÊNCIA E PROFISSÃO	p. 33
ANUIDADE	p. 34
PRESTAÇÃO DE CONTAS	p. 35
ASSISTÊNCIA SOCIAL	p. 36

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca
CEP: 20260-280 - Tel./Fax: (21) 2139-5400

Diretoria Executiva

Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448), Presidente
Roseli Goffman (Crp 05/2499), Vice-presidente
Rodrigo Acioli Moura (crp 05/33761), Tesoureiro
Viviane Siqueira Martins (crp 05/32170), Secretária

Conselheiros Efetivos

Achiles Miranda Dias (Crp 05/27415)
Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Juraci Brito Da Silva (Crp 05/28409)
Marília Alvares Lessa (Crp 05/1773)
Mônica Valéria Afonso Sampaio (Crp 05/44523)
Patrick Sampaio Braga Alonso (Crp 05/32004)
Rita de Cássia Ramos Louzada (Crp 05/11838)
Roberto Stern (Crp 05/1700)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
Simone Garcia Da Silva (Crp 05/40084)
Thiago Melicio (Crp 05/35915)

Conselheiros Suplentes

Eliana Olinda Alves (Crp 05/24612)
Evelyn Rebouças De Gouvêa (Crp 05/41205)
Fabiola Foster De Azevedo (Crp 05/42893)
Giovanna Marafon (Crp 05/30781)
Ismael Eduardo Machado Damas (Crp 05/42823)
Janaina Sant'Anna Barros Da Silva (Crp 05/17875)
José Henrique Lobato Vianna (Crp 05/18767)
Juliana Gomes Da Silva (Crp 05/41667)
Maria Da Conceição Nascimento (Crp 05/26929)
Paula Kwamme Latgé (Crp 05/38749)
Saulo Oliveira Dos Santos (Crp 05/31988)

Comissão Editorial

Roseli Goffman (Crp 05/2499)
Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
José Novaes (Crp 05/980)

Redação, Edição e Fotos

Felipe Simões, jornalista responsável (MTb 31728/RJ)
Marcos Vinícius (estagiário)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

**Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de
responsabilidade dos autores, não refletindo neces-
sariamente a opinião do CRP-RJ.**

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho
Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: ascom@crprj.org.br

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: RESISTIR AO DESMONTE?



Se tomarmos os últimos 30 anos, é inegável a grande diversidade de cenários em que a Psicologia foi convocada a ser praticada no país. Este chamado tanto teve origem no âmbito da iniciativa privada – com a inclusão, por exemplo, das psicoterapias nas operadoras de planos de saúde – como com a grande convocação que partiu do poder público através das políticas públicas.

Da amplitude que estas políticas abarcam – desde as políticas de habitação, saneamento, preservação até a educação e saúde, e, mais recentemente, a assistência social –, uma multiplicidade de postos de trabalho se abriram para a Psicologia.

Os desdobramentos da promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, aliados ao projeto de sociedade que, a partir de 2000, se apresentou como comprometido com a minimização das profundas desigualdades sociais que marcaram a nação desde sempre, trouxeram possibilidades de desenvolvimento de práticas psicológicas em espaços não referenciados na própria formação.

Tais espaços vêm constituindo uma fonte inesgotável de conhecimentos sobre o desenvolvimento das vidas e a produção das subjetividades, que transcorrem sob uma complexa rede de relações sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas. Foram demandas muito diferenciadas que se impuseram a uma Psicologia que se desenvolveu em torno

de paradigmas eurocêntricos, distantes das escaldantes e desiguais condições tropicais em que nós, psicólogos (os), passamos a circular.

A escuta psicológica se enriqueceu de um universo humano até muito pouco tempo não alcançado. Atores nestes novos contextos de trabalho, nos encontramos como trabalhadores, muitas vezes com vínculos de trabalho precarizados em diferentes graus.

O fato é que em CRAS, CREAS, NASFs, CAPSs, Conselhos Tutelares, Consultórios de Rua, Hospitais Gerais, Clínicas da Família, Maternidades, Serviços de Residências Terapêuticas, Abrigos de Longa Permanência para Idosos, Abrigos para Mulheres Vítimas de Violência, entre tantos equipamentos de cuidados com a população pobre e vulnerável, estamos em contato cotidiano com a vida ordinária de cada um que ali deseja e se dispõe a falar sobre si, suas dores, suas expectativas, seus temores. Estávamos também, como cidadãs (aos), nos implicando como sujeitos em todos estes espaços.

A Psicologia e seus profissionais alcançaram a possibilidade de avançar significativamente rumo a uma ação profissional qualificada, apropriada das dinâmicas psicológicas da população que habita os diversos territórios brasileiros.

Outra consequência tem sido a forte arguição aos programas de for-

mação a partir das práticas desenvolvidas em condições de inserção em redes de relações públicas em âmbito municipal, estadual e federal. A formação em Psicologia vem sendo intensamente questionada quanto à oferta de espaços acadêmicos para o debate entre estudantes e professores a respeito das políticas públicas que organizam a vida em sociedade.

Entretanto, temos visto, mês a mês, desde meados de 2016, o desmonte das políticas públicas que estavam a serviço da redução das profundas condições de desamparo social, seja através da perda de alguns serviços, seja através da precarização de funcionamento de outros. Equipamentos sob a responsabilidade do poder público têm sido desmobilizados, interrompendo o importante processo social que fora estabelecido entre o poder público, os saberes profissionais e o atendimento às demandas da população.

Resistir a este desmonte é muito além de uma defesa corporativa de postos de trabalho fechados. Estamos, psicólogas (os), alinhados aos princípios do Código de Ética da Psicologia, em defesa do direito à saúde, ao acolhimento do sofrimento psíquico, à alimentação adequada e suficiente, à moradia com segurança e dignidade. Estamos, psicólogas (os), em estado de alerta, prontos a afirmar: “Nenhum direito a menos!” ●

IV SEMINÁRIO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS REÚNE MAIS DE 60 PESSOAS EM NOVA IGUAÇU



Psicólogas (as), estudantes e representantes de instituições parceiras marcaram presença no evento

No mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, o CRP-RJ, com apoio do Centro de Direitos Humanos (CDH) e do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI-RJ), promoveu a 4ª edição do Seminário Violência contra a Mulher e Políticas Públicas. Com temática “Mulher: a quem pertence esse corpo?”, o evento reuniu, no dia 21 de março, mais de 60 participantes no auditório da Subsede Baixada do CRP-RJ, em Nova Iguaçu.

Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523), conselheira-presidente da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada, deu início ao evento prestando uma homenagem à vereadora Marielle Franco, assassinada no dia 15 de março no Centro do Rio. “Não poderíamos começar sem falar dela. E, hoje, todos nós nas fron-

teiras da luta por Direitos Humanos nos sentimos ameaçados, pois, da mesma forma que tentaram calá-la, podem tentar nos calar também”, afirmou.

Em seguida, teve início a mesa de abertura, composta pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), pela coordenadora da Comissão Gestora da Baixada, Mônica Sampaio, pela representante do CDH Aparecida Pontes e pela representante do SINDPSI-RJ Sueli Martins da Silva (CRP 05/27320).

Durante a mesa de abertura, a representante do CDH prestou uma homenagem ao CRP-RJ pelo trabalho desenvolvido na região da Baixada, entregando a Mônica Sampaio a Medalha Dom Adriano Hipolitto.

Mesa magna

“As lutas das mulheres da Baixada Fluminense” foi o tema da Mesa Magna com participação de Yolanda Florentino, coordenadora do CDH. “Em todos os espaços da sociedade, em todas as instituições, acontece a marginalização, a exploração e o pouco reconhecimento do trabalho da mulher”, declarou.

A coordenadora do CDH lembrou também nomes importantes de mulheres que se destacaram em sua luta por direitos na Baixada, tais como Josefa Pureza, Idalina Quintela Bolari, Solange Valeriano e Dona Dalva.

Josefa Pureza abraçou a luta das mulheres camponesas e foi fundamental pelo direito à terra na região. Idalina Quintela Bolari e Solange

Valeriano, ambas professoras, tornaram-se referência de luta pelo direito à educação. Já Dona Dalva, negra e semianalfabeta, sofreu violência doméstica em seu primeiro casamento e engajou-se na luta pela criação de uma delegacia especializada para atendimento a mulheres vítimas de violência na Baixada.

Mesa de Debates

O último debate do evento reuniu uma mulher negra, uma trans e uma indígena para discutir “Mulher: a quem pertence esse corpo?”. A mediação ficou por conta da conselheira do CRP-RJ Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170).

Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), conselheira-presidente da Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização do CRP-RJ e superintendente de Proteção Social Básica de Nova Iguaçu, defendeu que “ser mulher negra no Brasil é um ato de resistência”.

“Ser mulher no Brasil é muito difícil. Ser mulher negra, ainda mais porque ainda não conseguimos efetivar a democracia racial em nosso país”, declarou. “Ser negra no Brasil é não ter o corpo pertencido a si própria, é saber que sou a carne mais barata do mercado”.

Mônica Sampaio foi homenageada, em nome do CRP-RJ, durante a mesa de abertura



Maiara Fafini (CRP 05/43721), travesti, psicóloga e coordenadora do Eixo de Diversidade Sexual e de Gênero da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, fez menção ao assassinato de Dandara dos Santos, mulher trans espancada a pauladas e morta a tiros no Ceará, e enfatizou o alto índice de assassinatos de pessoas trans no Brasil. “Em 2017, foram 179 assassinatos de pessoas trans simplesmente por serem travestis e transexuais. Importante destacar que, desse total, 80% eram mulheres negras”, disse.

Cristiane Carla Pantoja Santos, ativista indigenista formada em Direito Indígena da PUC-Rio, falou sobre a mulher indígena, reiterando que “a luta pela preservação de nossos ancestrais tem valor imensurável, isto é, a luta pelos Direitos Humanos, por território, pelo meio ambiente, por saúde e por educação”.

“Qual o valor do corpo indígena na sociedade brasileira?”, questionou, destacando que, apesar de ser “sempre visto como o exótico”, o indígena “faz parte de toda a história do Brasil, pois ele atravessou, resistindo, todos os períodos de transformação desse país”.

Homenagem às psicólogas

Encerrando o evento, foi prestada homenagem a sete mulheres em reconhecimento ao trabalho de ativismo e militância em defesa do direito



Mesa de debates reuniu mulher negra, trans e indígena

da mulher na Baixada. Foram homenageadas as palestrantes Yolanda Florentino, Juliana Gomes, Cristiane Pantoja e Maiara Fafini, além de Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), psicóloga e colaboradora da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada, Ludmilla Furtado (CRP 05/35090), psicóloga da Assistência Social, e Fabiane Vieira (CRP 05/28527), psicóloga e pesquisadora em laicidade, liberdade religiosa e relações étnico-raciais.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link www.crprj.org.br/site/category/baixada/.

Mesa magna foi conduzida por Yolanda Florentino



NOVA RESOLUÇÃO DO CFP ESTABELECE NORMAS PARA ATUAÇÃO PSI/JUNTO A TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

RESOLUÇÃO 001/2018 É UM IMPORTANTE MARCO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA.

Em mais uma atitude pioneira em seu compromisso ético-político de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a Psicologia brasileira novamente faz história ao dizer “não!” ao preconceito e à patologização da diversidade sexual e das identidades de gênero. Na data que marca o Dia da Visibilidade Trans, 29 de janeiro, o Conselho Federal de Psicologia anunciou a publicação de uma nova resolução que estabelece as normas para atuação de psicólogas (os) em relação às pessoas transexuais e travestis.

A Resolução CFP nº 001/2018 proíbe as (os) psicólogas (os) de exercerem práticas que, sob viés patologizante, visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidades de gênero de transexuais e travestis. A normativa também veda à (o) profissional de Psicologia fazer uso de instrumentos ou técnicas psicológicas que favoreçam e reforcem a discriminação, o preconceito e os estigmas a essa população.

A publicação da resolução foi anunciada ao final do debate digital promovido pelo CFP no dia 29 de janeiro em menção ao Dia da Visi-

bilidade Trans. A aprovação da normativa aconteceu na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2017, quando estiveram reunidos representantes do CFP e de todos os Conselhos Regionais do país.

“Uma resolução é o instrumento mais importante de um conselho profissional”, afirmou Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), integrante da diretoria do CFP, após o anúncio de publicação da normativa. “A nossa resolução fala em pessoas travestis e transexuais. Esses nomes precisam ser marcados como nomes de luta. E para que eles tenham visibilidade, precisamos incluí-los em nossos instrumentos legais”.

“Hoje foi apenas o dia em que tornamos a resolução uma resolução viva. A partir de agora, nosso desafio é torná-la cada vez mais capilarizada e conhecida, e que ela seja mais um instrumento de luta”, declarou o conselheiro do CFP, enfatizando que a “Psicologia brasileira não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão”.



Na prática, a nova norma complementa a Resolução CFP nº 001/99, que já em 1999 vedava práticas de patologização da homossexualidade por profissionais de Psicologia. A nova normativa, ao afirmar que transexualidades e travestilidades não constituem patologia ou transtorno mental, leva em consideração tratados internacionais relacionados aos direitos humanos de transexuais e travestis, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Ministério da Saúde e princípios do próprio Código de Ética da (o) Psicóloga (o).

Para Jaqueline Gomes de Jesus, professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), a Resolução CFP nº 001/2018 é um instrumento fundamental na luta contra a categorização diagnóstica que patologiza as identidades de transexuais e travestis. “Com a resolução,



Avanço!

Mudança de nome e gênero no registro civil de travestis, transexuais e transgêneros é autorizada pelo Supremo Tribunal Federal. Leia mais em www.crprj.org.br/site/category/identidade-trans/.

é o país com maior número de casos registrados de assassinato de travestis e transexuais. Veja você: se a média de vida população trans é de apenas 35 anos, você começa a entender qual é o acesso dessa população a direitos atualmente”, analisa.

Jaqueline de Jesus reforça que, de forma geral, “pessoas trans no Brasil não têm acesso a direitos fundamentais – especialmente as travestis e as mulheres trans –, como o direito à educação, à saúde e ao próprio nome, isto é, direito de ir e vir ao cartório e retificarem seu próprio nome sem necessidade de judicialização. Boa parte dessa população sofre profundamente”.

Por isso, a professora do IFRJ sublinha que a nova resolução do CFP “é uma referência fundamental para que as pessoas entendam, cada vez mais, o direito à identidade como um direito humano”. Segundo ela, “é fundamental para a vida da população trans brasileira pois não se restringe ao trabalho da Psicologia, como ciência e profissão. Ela vai muito além: traz um reflexo conceitual para toda a comunidade trans de que tem um respaldo dentro da Psicologia para garantir sua luta por cidadania”.

A íntegra da Resolução CFP nº 001/2018 pode ser acessada em nosso site, na seção “Legislação/Código de Ética” pelo link www.crprj.org.br/site/legislacao/. Vai lá e confira! ●

o Sistema Conselhos de Psicologia se posiciona como parceiro fundamental na luta internacional pela despatologização das identidades trans. Essa é uma campanha que começou na Espanha há um bom tempo e tem buscado retirar da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Manual Estatístico de Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria Norte-Americana a classificação das identidades trans como transtornos”, afirma.

Segundo Maiara Fafini (CRP 05/43721), psicóloga, travesti e coordenadora do Eixo de Psicologia e Diversidade Sexual e de Gênero da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, a publicação da normativa tem um caráter estratégico no momento atual marcado pelo avanço do conservadorismo e da intolerância e pelo crescente número de casos de assassinato de pessoas trans.

“Quando o CFP publicou a Resolução nº 001/99, fazia dez anos que a OMS havia retirado o chamado ‘homossexualismo’ do cadastro internacional de doenças. Agora é o contrário. O CFP se adianta à OMS e diz que ‘ser trans não é doença’. Se ainda somos considerados como doença, essa resolução é uma forma de forçar a abertura de caminho para aquilo que tanto pleiteamos: a despatologização das identidades travestis e trans, mas com a garantia do acesso a serviços públicos de saúde, tais como a hormonização, a cirurgia de transgenitalização, a mastectomia masculinizadora, entre outros”, argumenta ela.

Nesse sentido, conforme destaca a psicóloga, a resolução do CFP reconhece travestis e transexuais como sujeitos de direitos. “O acesso a direitos passa pela questão da aceitação das pessoas. Tudo que gera preconceito, gera barreiras. Por isso, o Brasil

A IMPORTÂNCIA DE BAURU, 30 ANOS

POR RITA DE CÁSSIA RAMOS LOUZADA (CRP 05/11838), PSICÓLOGA E CONSELHEIRA-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE DO CRP-RJ.

LUTA ANTIMANICOMIAL



Sol quente, temperatura altíssima na cidade de Bauru-SP. Quase duas mil pessoas juntas com um mesmo objetivo: comemorar os 30 anos da Carta de Bauru. Mas, que comemoração é essa? Que alegria é essa que se espalha pelo bloco, pela música e tantas manifestações culturais nos intervalos das rodas de conversa, com seus 14 temas diferentes? As rodas debatiam saúde mental e infância, álcool e outras drogas, desinstitucionalização, etc. Tudo isso com muita força e festa. Mas, que festa era essa?

Voltemos a 1987. Esse foi o ano da primeira Carta de Bauru. Ali eram

cerca de 350 trabalhadores reunidos, dando visibilidade e tornando nacional uma luta que já vinha ocorrendo em várias partes do Brasil. Essa luta, inspirada em experiências internacionais, surge em reação ao manicômio – que comprovadamente não trata ninguém – e contra a mercantilização da saúde. A partir dessa visibilidade, a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica só cresceram.

Foram muitos avanços em meio a muitas lutas diárias. Normativas, novos equipamentos, fomos acompanhando muitos movimentos nes-

se campo da saúde mental. Se antes só tínhamos o hospital e o ambulatório especializado, logo surgiram os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), os Serviços Residenciais Terapêuticos, as Unidades de Acolhimento, etc. Mas a marca, ao longo de todo esse tempo, sempre foi o tratamento em liberdade. Esse é o norte de toda a Luta Antimanicomial. Isso porque o cuidado em saúde mental não se faz de modo isolado, não se faz por um único especialista, não se faz sem pensar a cidadania do usuário, não se faz de modo excludente. Tratar em liberdade é o

1 II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. Manifesto de Bauru. Dezembro/1987. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>

2 Sistema Único de Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010, 210 p.

norte e tem sido assim desde que a Reforma Psiquiátrica se constituiu.

A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas surgiu com legislação específica, pautada pelo debate constante, pela democracia, pelo controle social. Tanto usuários como familiares e técnicos têm fundamental importância nesse processo todo. Sem todos esses atores, nada dessa história poderia ser contada ou construída. Ao longo de muitos anos foram sendo debatidos e criados vários tipos de dispositivos, várias conferências e formas de trocar no setor e intersetorialmente, vários modos de pensar e fazer o cuidado em saúde mental.

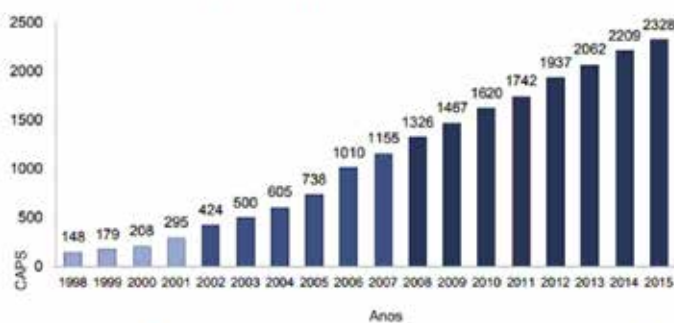
Mas vale voltar à pergunta do início deste texto: afinal, que festa era essa em dezembro de 2017? Trinta anos depois há, sem dúvida, muito a comemorar. O clima era de festa, sim. Muitos usuários, familiares e técnicos novamente em Bauru-SP. Novamente, todos juntos para reafirmar a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas e a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). E por que reafirmar? Porque existiam vários indícios, naquele momento, de que, em atitude pouco democrática, o Ministério da Saúde promoveria mudanças, dentre outras medidas impopulares na saúde pública. Atentos a isso, e ao avanço do conservadorismo no país, entidades de todos os tipos, o CFP – parceiro de primeira hora – a ABRASME, a FENAPSI, vários CRPs (Conselhos Regionais de Psicologia), incluindo o do Rio de Janeiro, participaram e apoiaram politicamente o evento. É claro, para todas essas entidades, que houve melhoria no tratamento a pessoas com

transtornos mentais no país. Todos consideram, como vemos citado no último relatório de gestão da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (p. 2):

"A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, com base nas Leis nº 10.216/01, nº 10.708/03 e nº 11.343/06, configurou-se como uma política de Estado alinhada aos princípios e diretrizes de organismos internacionais que objetivam o alcance do maior grau possível de saúde por todos os povos."

Em dispositivos abertos, no contato com a cidade e os familiares. Em Bauru, era possível conversar com alguns usuários, adultos, crianças, e ouvir deles histórias singulares sobre processos de desinstitucionalização, nem sempre fáceis mas efetivos, vindos de vários cantos do país. Sem a política que construímos, seria impossível ver esses usuários felizes em Bauru, naquele final de semana. E se os números podem dizer algo, o relatório de gestão, já citado, nos mostra, na página 45:

Gráfico 2. Série histórica de expansão dos CAPS (Brasil, dez/1998 a 2015)



Fonte: Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas/DAPES/SAS/MS. Após 2001: Sistematização dos Estabelecimentos Habilitados por meio de portaria específica. Antes de 2001: Levantamento CAPS Disque-Saúde.

Neste pequeno trecho, é possível ver os itens fortes dessa política que não podem ser negligenciados: trata-se de uma política de Estado, nenhum governo deve extingui-la ou modificá-la sem o devido debate; está afinada com as melhores práticas internacionais da área; visa a acesso de todos à saúde mental. E o que se construiu ao longo de tantos anos, incluiu a todos, democratizou o acesso à saúde mental e o debate sobre o tema. Isso não se configura como pouco trabalho. Muito foi feito até aqui, no seguimento dessa política pública. Muitas vidas foram retomadas, fora do manicô-

Dito de outra maneira, seja por relatos singulares, seja pelos números da gestão, não é possível ter dúvidas de que precisamos seguir neste caminho. Este foi um sonho que se concretizou no Brasil, transformando milhares de vidas. Não é hora de recuar. Bauru foi importante por isto: voltamos aos nossos princípios, revisitamos as histórias, nos aproximamos mais, e essa força de luta tem que permanecer. Bauru deixou isso muito claro: quem teve acesso a tratamento em liberdade não se conforma com grades. Manicômios, nunca mais! ●

3 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde Mental no SUS: Cuidado em Liberdade, Defesa de Direitos e Rede de Atenção Psicossocial. Relatório de Gestão 2011 – 2015. Ministério da Saúde: Brasília. Mai/2016, 143 p.

4 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde Mental no SUS: Cuidado em Liberdade, Defesa de Direitos e Rede de Atenção Psicossocial. Relatório de Gestão 2011 – 2015. Ministério da Saúde: Brasília. Mai/2016, 143 p.

A LUTA ANTIMANICOMIAL SE FAZ A VÁRIAS MÃOS!

Profissionais, usuários e militantes reunidos para celebrar os 30 anos do Encontro de Bauru

CRP-RJ PRESENTE NA MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro é um defensor histórico da Reforma Psiquiátrica brasileira. Além de sua destacada participação durante o evento que marcou, nos dias 8 e 9 de dezembro, os 30 anos do Encontro de Bauru, o CRP-RJ disponibilizou um ônibus com capacidade para 45 pessoas para transportar gratuitamente usuários, familiares, profissionais e militantes do estado do Rio para esse importante evento.

“Foram dias emocionantes de encontros e trocas”, afirma Rita Louzada (CRP 05/11838), conselheira-presidente da Comissão de Saúde do CRP-RJ e representante do Conselho no evento. “Agradecemos a todos: participantes, apoiadores e or-

ganizadores desse encontro de 2017. Agradecemos em especial ao Sistema Conselhos de Psicologia, parceiro de primeira hora da Reforma Psiquiátrica e que, mais uma vez, não deixou de se fazer presente”.

Ao final do evento, foi aprovada a Nova Carta de Bauru, um documento que faz uma retrospectiva histórico-política da Luta Antimanicomial, mostrando que o movimento permanece vivo e segue lutando por uma sociedade sem manicômios.

Encontro preparatório na sede do CRP-RJ

Para ampliar a mobilização regional para o Encontro de Bauru, o CRP-RJ promoveu, no dia 24 de novem-



bro, a roda de conversa “Em defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica: Bauru, 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios”.

Participaram do debate Eduardo Mourão Vasconcelos, integrante do “Coletivo Pró-Frente: Em Defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica do Rio de Janeiro”, Pedro Cavalcan-

ti da Silva, integrante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial, e Therezinha Vivas Oliveira, do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro.

O evento teve transmissão ao vivo e on-line pelo canal do CRP-RJ no YouTube. Acesse <www.youtube.com/watch?v=fWgMBDv6lDc> e confira!

Audiência pública sobre retrocessos na Política de Saúde Mental

As conselheiras Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), presidente do CRP-RJ, e Rita Louzada (CRP 05/11838), coordenadora da Comissão de Saúde do CRP-RJ, estiveram presentes, no dia 21 de dezembro, em audiência pública na ALERJ para debater “Retrocessos na Política de

bro pelo Ministério da Saúde, cujo orçamento para 2018 prevê a redução de recursos destinados a equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a ampliação de verbas para hospitais psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas.

Ao final do debate, o deputado Flávio Serafini, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica, afirmou que constituirá um grupo de apoio jurídico para fazer o enfrentamento à medida do Ministério da Saúde. Afirmou também que buscará apoio junto a parlamentares das Assembleias Legislativas de outros estados brasileiros para articular uma rede nacional em defesa da Reforma Psiquiátrica brasileira.

hospitais psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas, seja por meio da precarização dos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) –, o CRP-RJ e o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro divulgaram, no dia 12 de dezembro, um manifesto conjunto em defesa da Reforma Psiquiátrica.

Núcleo da Luta Antimanicomial na Região dos Lagos e no Norte Fluminense

O CRP-RJ marcou presença também na articulação para criação do Núcleo Regional da Luta Antimanicomial da Região dos Lagos e do Norte Fluminense. O coletivo objetiva articular, debater e produzir ações de fortalecimento da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde (SUS).

A criação desse coletivo foi decidida durante encontro em 17 de outubro na Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras, que reuniu professores, estudantes, usuários e profissionais dos municípios de Macaé, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes e Casimiro de Abreu.

O CRP-RJ integra esse movimento, representado pela psicóloga Maria Lusía Sarubi de Mello (CRP 05/9050), colaboradora da Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização (CIRD) e Ponto Focal do CRP-RJ na Região dos Lagos.

Mais informações no site do CRP-RJ

Para ter acesso à Nova Carta de Bauru e à nota conjunta do CRP-RJ e SINDPSI-RJ, acesse nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/luta-antimanicomial/>.

Vai lá e confira! ●



Da esq. para dir.: Eduardo Mourão, Rita Louzada, Therezinha Vivas e Pedro Cavalcanti em evento no CRP-RJ

Saúde Mental e Resistências”. A audiência foi convocada pela Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e contou com a participação de profissionais, militantes, usuários e familiares.

O objetivo foi debater as propostas de alteração na atual Política de Saúde Mental, anunciadas em dezem-

“CAPS é melhor do que hospital!”

Diante da insistente ameaça de retrocesso na política de Saúde Mental – seja por meio do controverso anúncio do Ministério de Saúde de priorizar, para 2018, recursos para

PSICÓLOGAS (OS) E OUTRAS CATEGORIAS DA SAÚDE EM DEFESA DO SUS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Psicólogas (os) reunidas (os) em assembleia na sede do CRP-RJ



POR FRANCISCO BRESSY, DIRETOR DO SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E PAULA ÁVILA DE OLIVEIRA, PSICÓLOGA DA REDE DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Profissionais da Atenção Básica e Saúde Mental do município do Rio de Janeiro vinham sofrendo desde o início de 2017 com atrasos salariais e ausência de condições mínimas de atendimento à população por falta de insumos e medicamentos. A situação agra-

vou-se no mês de agosto, quando o prefeito Marcelo Crivella anunciou o fechamento de 11 Clínicas da Família na Zona Oeste do Rio de Janeiro (AP 4.0), o que serviu como catalisador para a primeira plenária do “Movimento Nenhum Serviço de Saúde a Menos”, que ocorreu

no auditório do Instituto Municipal Philippe Pinel.

O movimento, horizontal e suprapartidário, construído por profissionais de Saúde de diferentes categorias, foi fundamental na captação e organização de infor-

mações sobre gestão da saúde, desde as condições dos serviços, no tocante ao número de profissionais, abastecimento de insumos e medicamentos, até a apreciação de repasses e verbas, discutindo e denunciando de forma técnica e responsável a grave crise da saúde no município do Rio de Janeiro. Não menos importante foi a capacidade do Movimento de mobilizar os trabalhadores da rede e dialogar com a população, tanto usuários de serviços quanto os diferentes setores da sociedade civil.

Desde o início, as pautas apresentadas pelo Movimento se referem não mais do que a garantia de direitos dos trabalhadores e da população em relação ao acesso à saúde, como a regularização dos salários, o total abastecimento das unidades no que se refere a medicamentos e insumos, a recomposição do orçamento para a Saúde em 2018, o estabelecimento de uma mesa de negociação permanente entre trabalhadores, prefeitura e Organizações Sociais (OS).

É nesse cenário que, no dia 7 de novembro, psicólogas (os) deliberaram greve em Assembleia do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI-RJ. Antes, médicos da Atenção Básica já haviam declarado greve e outras categorias apresentavam indicativo na mesma direção.

Embora a imposição da greve seja resultado de um total colapso nas condições de trabalho e salários atrasados, ela também condensou o anseio da categoria em denunciar os ataques à classe trabalhadora e às políticas públicas nas diferentes esferas de governo. Propostas como os planos populares de saúde, a precarização da UERJ promovida pelo governo do Estado, retrocessos na Política Nacional de Saúde Mental, a reforma trabalhista, a terceiriza-

ção das atividades-fim, a aprovação da Emenda à Constituição que restringe investimentos em políticas essenciais (que ficou conhecida como “PEC do fim do mundo”) e a tentativa de aprovar a reforma da Previdência têm demonstrado um projeto político de desmonte das políticas públicas.

"As pautas apresentadas pelo movimento se referem à garantia de direitos dos trabalhadores e da população em relação ao acesso à saúde."

No Rio de Janeiro, o desmonte já vinha acontecendo de forma silenciosa, aos olhos de uma parcela da população, uma vez que muitos serviços foram entregues à administração das Organizações Sociais (OS) e, no caso da Saúde Mental, entregue à (in)gerência de uma Organização Não-Governamental (ONG). Há anos o SINDPSI-RJ tem combatido e denunciado no Conselho Municipal de Saúde o absurdo desse modelo que serve apenas para burlar a obrigatoriedade de concurso público, fragilizar o vínculo dos trabalhadores e isentar os governos de responsabilidade.

Foi o que se viu nas tentativas de requerer informações e negociar com a gestão do prefeito Marcelo Crivella. Mesmo nas audiências no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a postura foi de troca de acusações entre essas instituições e a gestão municipal, enquanto trabalhadores e a população seguem sem os devidos esclarecimentos. Muitos profissionais foram demitidos, outros sofreram ameaças de

demissão, exatamente como prevê esse modelo que inviabiliza a saúde pública em favor dos poderosos interesses em torná-la privada. Basta lembrar que os repasses para as comunidades religiosas têm se tornado cada vez mais frequentes e vultuosos, enquanto os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial agonizam com a falta de investimento.

Doravante, em meio a este processo, existem aspectos positivos a serem ressaltados, como a aproximação e diálogo entre diferentes categorias profissionais, da mesma forma entre os respectivos sindicatos, o que produziu uma unidade na Saúde como há muito não se via. O envolvimento se estendeu a diversos conselhos de classe. O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, especialmente através da presidente, Diva Lúcia Gautério Conde, foi parceiro da categoria, inclusive disponibilizando seu auditório para a realização das assembleias.

A conjuntura também fomentou a aproximação do SINDPSI-RJ com psicólogas e psicólogos, o que, esperamos, permitirá intensificar a utilização do Sindicato como instrumento de defesa da categoria, especialmente com o fim da contribuição sindical obrigatória. A partir de agora, a filiação será ainda mais fundamental. As categorias que não tiverem um grande número de filiados correm o risco de terem os seus sindicatos fechados por falta de condições para manutenção das atividades. Vale destacar que a função do sindicato vai muito além desses momentos de greve. Estamos em mesas de negociação e ocupamos espaços políticos em defesa da categoria. Ainda não temos o que consideramos justo, mas estaremos alijados desses espaços sem o efetivo engajamento da categoria. Filie-se ao Sindicato! ●

CRP-RJ INSTITUI MEDIAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL EM PROCESSOS ÉTICO- DISCIPLINARES CONTRA PSICÓLOGAS (OS)



ENTENDA O QUE PODE MUDAR COM A NOVA NORMATIVA.

Maria é psicóloga e teve uma conduta profissional que, aparentemente, pode ter infringido, isto é, desrespeitado um ou mais princípios e artigos do Código de Ética da (o) Psicóloga (o). João, um usuário dos serviços de Maria, sentiu-se lesionado e apresentou uma denúncia junto ao CRP-RJ. Daí em diante, um longo trajeto será percorrido até que esse conflito tenha um desfecho: a denúncia será apurada e,

se procedente, será aberta uma representação ética contra a profissional; denunciante, denunciada e testemunhas serão ouvidos; depoimentos e informações serão analisados e o caso será julgado pelo plenário do CRP-RJ, que decidirá, primeiramente, pela abertura ou não de processo ético e, caso se encaminhe a segunda opção, posteriormente, pela absolvição do psicólogo ou pela aplicação de penalidade, conforme a gravidade da sua infração.

A situação acima é apenas um exemplo, mas ilustra como pode se dar, atualmente, a resolução de um conflito entre uma (um) psicóloga (o) e sua (seu) denunciante: num formato judicializante, cujo desenrolar é a absolvição ou a penalização da (o) profissional, o que, em muitas situações, nem sempre é suficiente para colocar um ponto final nas circunstâncias de conflito que motivaram o processo ético.

Observando os diferentes contextos em que o conflito e uma apa-

rente infração ao Código de Ética podem acontecer, a Assembleia da Administração, das Políticas e das Finanças (APAF) de maio de 2016 – que reúne o Conselho Federal e todos os Conselhos Regionais de Psicologia – aprovou a Resolução nº 007/2016, que institui a mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos éticos. A ideia é criar novas alternativas para condução e resolução de conflitos dentro dos parâmetros éticos da categoria, estabelecendo uma relação dialógica entre psicólogos (os), usuárias (os) de seus serviços e demais atores da sociedade, possibilitando a superação das condutas profissionais conflituosas e o aprimoramento ético e técnico do fazer *psi*.

A resolução do CFP estabelece as diretrizes nacionais gerais, deixando a cargo de cada CRP definir, a partir de suas especificidades regionais, como executar a mediação. No CRP-RJ, foi instituída, no ano passado pela Resolução CRP 05 nº 002/2017, a Comissão de Meios e Solução Consensual de Conflito (COMSCC), ligada à Comissão de Orientação e Ética (COE). Para entender como a mediação funcionará e o que pode mudar nos trâmites processuais ético-disciplinares, o **Jornal do CRP-RJ** conversou com os conselheiros Thiago Melício (CRP 05/35915) e Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), coordenador e coordenador-adjunto da COMSCC, respectivamente.

Do que se trata a mediação?

A mediação visa à promoção de uma reflexão crítica e contextualmente situada entre as pessoas envolvidas, permitindo, dependendo da natureza do caso, a reparação do dano ocasionado por uma infração ética da (o) psicóloga (o) através de um acordo consensual entre as partes (denunciante e denunciado).

A reparação acordada não pode envolver compensação financeira.

Para Juraci, a mediação “é uma tentativa de resolução de conflitos de forma diferenciada, para além da lógica adversarial que opõe uma parte que acusa de outra que se defende”. Segundo ele, o objetivo é “evitar a escalada ou o acirramento do conflito entre as partes”.

"A mediação é uma tentativa de resolução de conflitos de forma diferenciada, para além da lógica adversarial que opõe uma parte que acusa de outra que se defende".

Juraci Brito

“A mediação não é apenas uma técnica, mas uma proposição de cultura, de visão, promovida por um espaço de escuta em que as partes, no caso chamadas de ‘mediandos’, possuem participação ativa”, acrescenta Thiago. “A mediação é um processo de negociação ativa e polifônica, que se situa de maneira alternativa à lógica de judicialização da vida”.

De onde surgiu essa iniciativa?

A mediação, uma prática milenar presente em diversas comunidades ocidentais e orientais, ressurgiu nos anos de 1960, principalmente a partir do movimento pelo reconhecimento dos direitos civis nos EUA. A proposta era criar alternativas legais para que os indivíduos pudessem, através do diálogo e

do consenso, participar mais ativamente da resolução de seus conflitos fora da lógica processual do tribunal. No Brasil, esse movimento ganha força dentro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), irradiando-se, em seguida, para outras instâncias da sociedade, incluindo os Conselhos de Classe.

No Sistema Conselhos de Psicologia, essa discussão desponta em 2006. Após alguns anos de debates regionais e nacionais, o tema tem sua discussão oficializada na APAF de 2012, sendo conduzida, a partir de 2014, por um grupo de trabalho nacional, que subsidiou a aprovação, pelos Conselhos de Psicologia, das diretrizes para a construção da resolução do CFP.

Como a mediação poderá ser utilizada?

A mediação poderá acontecer em qualquer etapa do processo disciplinar e ético, devendo ser solicitada por uma das partes (denunciante / denunciado) ou mesmo sugerida pela COE. Em ambas as situações, porém, ela somente poderá acontecer se ambas as partes estiverem de acordo quanto à sua utilização. Caso seja sugerida por uma das partes, a mediação só poderá ser iniciada após uma avaliação da COE, que verificará se sua utilização é viável de acordo com as particularidades do processo em questão.

“A mediação tem seus limites. Não se trata de uma solução para todos os casos ou uma resposta para todos os conflitos éticos”, pondera Thiago. “É importante termos em mente que nem todo o processo ético será resolvido pela mediação”, concorda Juraci.

Se adotada em um processo ético em andamento, o prazo prescricional ficará suspenso até que o pro-

cedimento da mediação chegue ao fim. Nesse caso, se não houver um acordo entre as partes, o processo ético retorna ao ponto de sua tramitação antes do início da mediação.

Como a mediação vai funcionar?

O procedimento de mediação será conduzido por pelo menos dois mediadores, que agendarão, junto às partes, uma primeira reunião, chamada de “pré-mediação”. A primeira sessão de mediação pode acontecer ou não após esse primeiro encontro, conforme cada caso.

A quantidade de sessões é indefinida. A Resolução CRP 05 nº 002/2017 determina que o procedimento de mediação deve levar até 90 dias, podendo esse prazo ser prorrogado caso os mediadores julguem necessário. Os mediadores poderão reunir-se com as partes conflitantes em separado para obter informações que auxiliem suas intervenções durante as sessões conjuntas.

“Os mediadores não podem sugerir um acordo entre as partes”, ressalva Thiago. “Seu papel durante os encontros é de facilitação da comunicação de modo a auxiliar na resolução do conflito. A mediação começa a produzir mais efeito quando o papel do mediador vai diminuindo à medida que o dos mediandos vai ganhando destaque”.

“O objetivo da mediação não é a punição à parte denunciada, mas sim a responsabilização do psicólogo, que deve refletir e rever, no exercício profissional diário, a conduta que motivou o processo ético”, argumenta Juraci.

Se, após a mediação, as partes chegarem a um entendimento, será lavrado um termo de acordo, assinado tanto pelos mediadores quanto pelos mediandos. O acordo será, en-

ção, encaminhado para homologação pelo plenário do CRP-RJ.

Se não houver possibilidade de entendimento entre as partes, seja por manifestação explícita de um dos mediandos ou por avaliação dos próprios mediadores, o procedimento será encerrado e o processo ético retomará sua tramitação.

"Nossa expectativa é de que, com a mediação, possamos ter uma melhora qualitativa na condução e na resolução dos processos éticos".

Thiago Melício

Todo o procedimento de mediação transcorre em caráter de confidencialidade e, por isso, as sessões serão realizadas em espaços que garantam o sigilo das conversas. Também não poderão ser produzidos quaisquer documentos referentes ao conteúdo das sessões, exceto o termo final indicando se houve ou não acordo.

Quem são os mediadores?

Os mediadores podem ou não ser psicólogas (os), contanto que tenham formação em Mediação, segundo os parâmetros exigidos pelo CNJ. Se forem psicólogas (os), não podem ser conselheiros, colaboradores ou funcionários do CRP-RJ, nem ter processo ético-disciplinar em tramitação.

A Resolução CFP nº 007/2016 faculta aos CRPs a contratação de mediadores independentes ou o estabeleci-

mento de um convênio com alguma instituição que presta serviços de mediação.

“O CRP-RJ optou por um convênio com o Instituto MEDIARE, que apresenta um trabalho consolidado de mais de duas décadas”, explica Juraci. “Nossa opção pelo MEDIARE levou em consideração sua atestada capacidade técnica e o fato de ser uma instituição formadora com atuação junto a outros conselhos profissionais”.

“O convênio com o MEDIARE não envolve ônus financeiro ao CRP-RJ. Como o MEDIARE é uma instituição formadora, nossa contrapartida será oferecer um espaço de formação. As equipes de mediadores serão sempre compostas por pelo menos um mediador formado e outro, que pode ser um profissional ainda em formação”, revela Thiago.

Ainda segundo Thiago, o convênio foi firmado por um período de um ano, podendo ou não ser renovado. “O plenário do CRP-RJ estará monitorando, analisando e avaliando as etapas de implementação da mediação. É um procedimento novo e nossa preocupação é começar da maneira mais responsável possível, por isso a importância da nossa parceria com uma instituição com reconhecida expertise na área. Nossa expectativa é que, com a mediação, possamos ter uma melhora qualitativa na condução e na resolução dos processos éticos”, avalia o conselheiro.

A íntegra das resoluções do CFP e do CRP-RJ sobre mediação está disponível em nosso site pelo link <www.crpjrj.org.br/site/legislacao/>. ●

REFERÊNCIAS TÉCNICAS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS SÃO LANÇADAS EM EVENTO NO CRP-RJ

A CARTILHA TRAZ IMPORTANTES REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS PARA ATUAÇÃO PSI NO CAMPO DAS RELAÇÕES RACIAIS.

No mês da Consciência Negra, o CRP-RJ promoveu, no dia 22 de novembro, no auditório da sua sede, na Tijuca, um importante debate para marcar o lançamento do guia “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação da (o) Psicóloga (o)”. Publicada no final de setembro pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a cartilha faz amplo mapeamento sobre o racismo no Brasil e traz referências técnicas e éticas para a prática profissional no campo das Relações Raciais.

Escrita a partir da contribuição de psicólogos (os) de todo o país, a publicação tem o objetivo de qualificar a atuação profissional no acolhimento ao sofrimento psíquico oriundo do racismo, promovendo o respeito à diversidade racial em nosso país. O texto, composto por cinco eixos temáticos, dialoga diretamente com as diretrizes ético-políticas estabelecidas pela Resolução do CFP nº 018/2002, que há 15 anos estabelece as normas para atuação da (o) psicóloga (o) em relação ao preconceito e discriminação raciais.

Ao final do evento, um exemplar da cartilha foi distribuído gratuitamente a cada participante. A versão on-line está disponível para download e visualização gratuitos no site do CRP-RJ pelo link <www.crpri.org.br/site/category/cartilhas/>.

Debate

O debate foi precedido por uma mesa de abertura com participação da conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), pelo conselheiro-coordenador da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) do CRP-RJ, Roberto Stern (CRP 05/1700), pela conselheira-coordenadora do Eixo de Psicologia e Relações Raciais da CRDH, Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), pela conselheira do CFP Célia Zenaide e pelo presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, Marinaldo Silva Santos (CRP 05/5057).

A mesa de debate foi composta por quatro psicólogas (os). A primeira a falar foi a conselheira do CFP Célia Zenaide, que problematizou o mito da democracia racial no Brasil. “93% das pessoas entrevistadas em um pesquisa do Datafolha afirmam que existe racismo no Brasil. Porém, ao serem questionadas se são ou não racistas, apenas 1,3% delas afirmam que são. Onde estão os racistas então? O que é isso senão um mito da democracia racial?”.

Adriana Soares, psicóloga clínica especialista em História da África e do Negro no Brasil, defendeu a importância de a Psicologia compreender “o fenômeno do racismo” em toda a sua complexidade. “É preciso atuar com a compreensão de que nos é exigido fazer de nossa prática terapêutica um com-



plexo arcabouço entre teoria, prática e afeto”, finalizou.

Em seguida, Celso Moraes Vergne, psicólogo e assessor de Participação Social e Equidade da Secretaria de Estado de Saúde, apontou o processo de genocídio da população negra brasileira. Segundo ele, há um projeto genocida em curso no país que atravessa diversas instituições, desde a polícia até a escola.

Encerando o debate, Tainara Cardoso, psicóloga da Unidade Municipal de Acolhimento e Cidadania de São Gonçalo e coordenadora do projeto “África em Nós”, destacou que “o racismo não começa em si próprio, ele é um fenômeno histórico” e defendeu que, por conta disso, a (o) psicóloga (o) precisa ter “cautela” em sua escuta.

O debate teve transmissão ao vivo e on-line pelo canal do CRP-RJ no YouTube. Você pode acessar a íntegra do vídeo pelo link <www.youtube.com/watch?v=zusK3IKYOsI>. ●

O ESTADO DE MAL-ESTAR SOCIAL NO BRASIL

CAPA

QUAL O PAPEL DE RESISTÊNCIA DA PSICOLOGIA DIANTE DO DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Criada a partir de um amplo processo de debate e mobilização da sociedade após 21 anos de ditadura civil-militar, a Constituição de 1988 subsidiou a institucionalização de importantes conquistas nos campos social, político e econômico em nosso país. Não à toa, passados 30 anos, a sociedade brasileira sofreu significativas mudanças. Em 1988, população brasileira não chegava a 140 milhões, a taxa de analfabetismo estava em 17%, a expectativa média de vida era de 65 anos e o salário mínimo equivalia a R\$ 384. Hoje, so-

mos mais de 207 milhões de brasileiros, o número de analfabetos não passa dos 8% (ainda que esse índice continue vexatório), a expectativa de vida excede os 75 anos e o salário mínimo está na casa de R\$ 937.

Na avaliação de Cláudia Simões Carvalho (CRP 05/30182), psicóloga com dez anos de atuação em políticas sociais, especialista em Psicologia Jurídica e colaboradora da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ, “o texto constitucional é mais do que um conjunto de obri-

gações governamentais ou instrumento de previsão de direitos. Ele representa o desejo da construção de uma sociedade mais equânime. Com a Constituição Cidadã de 1988, os direitos sociais deixam de ser favor político e passam a se efetivar em políticas públicas”.

Para o psiquiatra Pedro Gabriel Delgado, professor do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e coordenador nacional de Saúde Mental e Política de Álcool e Outras Drogas entre 2000 e 2010, a Constituição de 1988

fortaleceu a proteção social e alicerçou importantes avanços, como a melhora no índice de desenvolvimento humano, a diminuição da concentração de renda e a ampliação do acesso a serviços de saúde e educação. “É importante lembrar que a história dos últimos 30 anos é contada pela Luta Antimanicomial desde Bauru, pelos 27 anos do SUS, pelo avanço da ciência e disseminação do conhecimento, pelas políticas públicas de educação, trabalho, habitação, economia solidária e direitos humanos”, destaca.

Porém, às vésperas de completar três décadas, a *carta magna* brasileira parece agonizar antes mesmo de ter sido posta em prática em sua totalidade. Isso porque, cada vez mais, a Constituição de 1988 parece não possuir qualquer valor político-jurídico em seu papel de regulação da sociedade brasileira. E a perspectiva futura não é das mais favoráveis.

A reforma econômica empreendida desde 2016 pelo governo federal – baseada na austeridade fiscal, no encolhimento do papel do Estado e na fragilização da proteção social – tem-se mostrado muito eficiente no estrangulamento das políticas públicas historicamente construídas e constitucionalmente asseguradas. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos em saúde, educação e assistência social sem, contudo, restringir gastos com o pagamento dos juros da dívida pública, e o arrocho sobre o reajuste anual do salário mínimo enquanto isenções fiscais bilionárias são concedidas a setores empresariais são apenas alguns dos exemplos que deixam bem claras as diretrizes políticas do atual governo.

“A Constituição não existe mais na prática; ela vem sendo alterada de

forma *ad hoc*”, analisa Gaudêncio Frigotto, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Segundo ele, “para entender a situação atual em nosso país e no mundo, é preciso entender a crise mais grave do capitalismo”.

“Nos anos de 1980, a linguagem utilizada pelo Banco Mundial era de ‘ajuste’. Hoje, a palavra mudou, é ‘austeridade’. As contrarreformas hoje em curso no país, dentro dessa lógica geopolítica e econômica, são de dois níveis: a privatização, a entrega do restante do patrimônio público do país ao capital estrangeiro, e austeridade – leia-se subtração de direitos – naquilo que é universal: saúde, educação e assistência social”.

O quadro de fragilização dos direitos sociais, de ampliação das desigualdades e de acirramento das tensões no tecido social vem consubstanciando, no Brasil, um modelo de “Estado de Mal-Estar Social”.

“Em nome do combate à corrupção e da ‘crise fiscal’, o governo ilegítimo iniciou, na forma de *blitzkrieg*, a guerra-relâmpago do exército nazista, o desmonte do incipiente Estado de Bem-Estar Social que o país vinha construindo”, acrescenta Pedro Delgado. “O que está em jogo?

Primeiro, a substituição integral de um projeto de políticas públicas pela privatização e redução das funções sociais do Estado. Segundo, um componente ultracorporador, especialmente no campo da política de drogas. Terceiro, eliminar da cena política os adversários do neoliberalismo. Quarto, atender às pressões norte-americanas e de corporações multinacionais em relação ao petróleo, às empresas públicas, à riqueza do solo e à soberania nacional”.

Segundo Cláudia Simões, “de modo cada vez mais explícito, questões políticas e sociais são submetidas aos interesses econômicos, independentemente de suas consequências sociais e humanas. As contrarreformas representam o desmonte das políticas públicas e a ruína das conquistas sociais, atingindo as políticas, mas igualmente os sujeitos dessas políticas, além de saquear a possibilidade de construção do bem-estar social para todos os cidadãos brasileiros”.

“O Brasil está invertendo os esforços previstos no projeto social-democrático da Constituição Cidadã. A previsão de um Estado de Bem-Estar Social, regulamentador de toda a vida e saúde social, que tem a função de garantir serviços públicos à população, está sob risco, tornando o Brasil um território cada vez mais hostil para grande parte dos nossos cidadãos”, aponta ela.

O Estado de Bem-Estar Social é o modelo político-econômico adotado por diversos países europeus a partir da década de 1940, no qual o Estado é o organizador da vida política e econômica e agente responsável por universalizar a proteção social e atenuar as desigualdades. Embora venha sendo gradativamente abandonado em razão da emergência do



“Está em marcha um esforço coordenado de extinção do SUS e sua substituição por formas diversificadas de mercadorização da saúde”.

Pedro Delgado

neoliberalismo, o Estado de Bem-Estar Social ainda vige em países como Suécia, Dinamarca e Noruega, não coincidentemente líderes no ranking mundial que mede o índice de desenvolvimento humano.

No Brasil, um esboço de Estado de Bem-Estar Social foi posto em prática, ainda incipiente, especialmente a partir da primeira década dos anos 2000. Porém, as medidas político-econômico-fiscais do atual governo evidenciam uma rejeição a esse modelo. O quadro de fragilização dos direitos sociais, de ampliação das desigualdades e de acirramento das tensões no tecido social vem substanciando, no Brasil, um modelo de “Estado de Mal-Estar Social”.

“A posse de Temer foi resultado de um golpe jurídico-parlamentar-midiático-policial que explicita a fina violência que marca a constituição sócio-histórica do Brasil. O golpe abriu espaço para um conjunto de

contrarreformas, muito graves pelo seu efeito social desagregador, que têm uma matiz que nunca tínhamos tido: o ódio e a intolerância”, avalia Gaudêncio Frigotto. “Vivemos um Estado de Mal-Estar Social no Brasil, de desagregação social e de tensão. Essa questão do mal-estar social deve ser trabalhada nos níveis social, psicológico, cultural, político e ético”.

“A situação que vivemos hoje é de interdição do futuro das próximas gerações. Ninguém vive com tranquilidade se não pode desenhar o seu futuro. Com as leis trabalhistas que estão aí, com a reforma da previdência que está por vir, com a estagnação por 20 anos do investimento público em saúde e educação, qual a possibilidade de jovens, mesmo que qualificados, terem empregos que os possibilitem, por exemplo, o acesso à casa própria?”, questiona o professor da UERJ.

Toda essa conjuntura de retrocessos e revogação de direitos constitucionais convoca a Psicologia, pois afeta não somente os sujeitos, aumentando, com isso, a demanda pelos serviços psicológicos, como acelera o desmonte das políticas públicas, que representam importantes nichos de atuação para a(o) psicóloga(o). Por isso, ao longo dessa matéria, serão analisados os efeitos macropolíticos desse cenário sobre três importantes campos públicos de inserção *psi* – o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a educação –, refletindo sobre o papel de resistência que a (o) profissional de Psicologia deve sustentar.

Saúde

Resultado de intensa mobilização da sociedade brasileira, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988, afiançado pela recém-promulgada Constituição, que instituiu a saúde como um direito universal e um dever do Estado. Um dos maiores sistemas públicos de saúde no mundo, o SUS consolidou-se como um dos pilares de sustentação do sistema de garantia de direitos no Brasil e faz do nosso país o único no mundo com população superior a 100 milhões de pessoas a oferecer assistência integral e gratuita. Para se ter uma ideia da importância do SUS, dados do Ministério da Saúde revelam que foram realizados, em 2014, mais de 4,1 bilhões de procedimentos ambulatoriais e 1,4 bilhão de consultas médicas em todo o país.

Conforme destaca Pedro Delgado, “o SUS implantou-se em todos os municípios brasileiros, assegurando o acesso à saúde com qualidade a mais de 60% da população. A atenção primária é uma realidade, sendo, com as políticas de compensa-

ção de renda, a explicação possível para a mortalidade infantil ter desabado em um país populoso e estruturalmente desigual e injusto”.

Não à toa, o SUS representa um entrave aos projetos neoliberais de mercantilização da saúde e, por isso, tem sido alvo, desde o início, de um subfinanciamento crônico. Por conta disso – apesar de ter se expandido e consolidado, potencializando inegáveis e fundamentais avanços –, o SUS nunca foi posto em prática em sua totalidade. O que fica bem claro quando se verifica que, em 2014, o Brasil investiu o equivalente a 3,9% de seu Produto Interno Bruto (PIB), enquanto outros países que também contam com um sistema universal, como Alemanha, Suécia e Inglaterra, despenderam, em média, 8% de seu PIB para o setor.

“No bilionário mercado da saúde no Brasil, que inclui planos de saúde, empresas privadas multinacionais, indústria de equipamentos e medicamentos, os gastos estatais com o SUS não chegam a um terço deste segmento econômico. O gasto público *per capita* é de 450 dólares por habitante ao ano, abaixo de outros países que também possuem sistemas universais de saúde. A decisão é política: a um governo neoliberal, não interessa o SUS”, declara Pedro Delgado.

Segundo ele, o SUS é “totalmente contrário ao projeto neoliberal”. Conforme analisa, “está em marcha um esforço coordenado de extinção do SUS e sua substituição por formas diversificadas de mercadorização da saúde”. Não custa lembrar, nesse sentido, o posicionamento do atual ministro da Saúde, que já se declarou favorável à expansão dos planos de saúde alegando que “a Constituição não cabe no orçamento”.

Com o congelamento por 20 anos dos investimentos governamentais em saúde, os gargalos do SUS tendem a se agravar num futuro próximo. Isso porque a Emenda Constitucional nº 95 não considera o crescimento, no médio e longo prazo, da população brasileira, tampouco seu irreversível envelhecimento, o que aumentará a demanda do SUS e requererá mais recursos para o setor, possibilidade essa vetada pela nova legislação.

A situação de calamidade vivida atualmente pelos hospitais federais no Rio de Janeiro representa o retrato mais cruel dos impactos imediatos desse projeto de privatização voraz que se utiliza do subfinanciamento e da precarização da saúde pública. Desde o ano passado, o CRP-RJ, em conjunto com outros conselhos profissionais do estado, vem chamando atenção para o processo progressivo de sucateamento desses equipamentos.

“Os hospitais e institutos federais têm um papel muito importante para a saúde da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essas instituições tiveram, no ano passado, um corte de financiamento expressivo e passaram por demissões de profissionais. O sucateamento é evidente”, argumenta o professor da UFRJ. “Há um grupo técnico do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, que foi contratado para ‘redesenhar’ o perfil dos hospitais. Redesenhar com que objetivos? Vários serviços de excelência estão sendo fechados nos hospitais. O Ministério da Saúde vem repetindo a declaração de que não lhe cabe a gestão dos hospitais. Que isso significa: que serão transferidos para a gestão municipal ou que serão privatizados?”, questiona.

Não se deve esquecer também que o desmonte do SUS afeta direta-

te a política de Saúde Mental, já que ambos estão ligados por uma rede socioassistencial pela qual transitam os usuários dessa política. Foi a consolidação do SUS que proveu os subsídios para a implantação e expansão da política de Saúde Mental preconizada pela Lei 10.216/2001, que instituiu a Reforma Psiquiátrica e reorientou as diretrizes da atenção e do cuidado nesse campo.

Desde a sua instituição, a Reforma Psiquiátrica brasileira foi gradativamente se solidificando e ampliando a rede socioassistencial e os dispositivos de desinstitucionalização. O número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de leitos em hospitais gerais teve franca expansão enquanto que as vagas em hospitais psiquiátricos foram sendo reduzidas. Dados do Ministério da Saúde mostram que há hoje no país pouco mais de 130 hospitais psiquiátricos e que, entre 2002 e 2015, o número de leitos nesses hospitais caiu de 53 mil para 18 mil.

Essa tendência, contudo, deve se inverter nos próximos anos, já que o Ministério da Saúde – numa clara afronta à Reforma Psiquiátrica – anunciou, em dezembro passado, que o orçamento de 2018 para a área priorizará investimentos em hospitais psiquiátricos, reduzirá recursos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e ampliará verbas às comunidades terapêuticas.

“O Ministério da Saúde submeteu à Comissão Intergestora Tripartite (CIT) uma proposta de ‘novas diretrizes para a saúde mental’, proposta essa aceita passivamente pela CIT, formada pelo próprio MS e secretários estaduais e municipais de saúde. O governo divulgou a proposta com alarde, declarando que ‘corrigia um equívoco de 30 anos’. Não escondeu que era uma mudança da

política, embora se referisse de forma envergonhada à Lei nº 10.216”, revela Pedro Delgado.

“Na prática, as medidas redirecionam o financiamento de Saúde Mental para comunidades terapêu-

de rede e território, criado pela Reforma Psiquiátrica”.

Com isso, a Saúde Mental agoniza e seus usuários cada vez mais sofrem diante da precarização dos serviços. No Rio de Janeiro, esse quadro é

SUS em diversas regiões, como a baixa cobertura das equipes de Saúde da Família em muitos municípios e a ausência de uma rede estruturada de urgência-emergência em regiões populosas, como a Baixada Litorânea. No município do Rio, serviços administrados por Organizações Sociais estão sucateados e sem insumos básicos, o que ficou evidenciado com as denúncias dos trabalhadores da Saúde Mental que entraram em greve”, diz Pedro Delgado, que finaliza afirmando que “o contexto é de máxima fragilização da rede de atenção psicossocial no município e no estado”.



“A expansão da democracia, dos direitos sociais e seu exercício efetivo no cotidiano parecem assustar setores da sociedade que querem manter seus privilégios. Não veem nas políticas sociais emancipatórias a possibilidade de desenvolvimento e justiça social”.

Cláudia Simões

ticas e retomam, embora com redação ambígua, a centralidade do hospital psiquiátrico na RAPS, aumentando a remuneração dos leitos”, afirma o professor da UFRJ. “As novas portarias recriam também um certo tipo de ambulatório que deverá situar-se ‘entre a atenção básica e o CAPS’, retomando, aparentemente, o modelo tradicional de tratamento não-territorializado. É o início de uma mudança completa no modelo de Atenção Psicossocial, baseado nos conceitos operacionais

agravado pelo desmantelamento da gestão do governo do estado e pela crise econômica, comprometendo ainda mais os avanços obtidos.

“O estado conseguiu implementar uma rede de serviços em todas as regiões, porém, com algumas lacunas importantes, como a quase ausência de CAPS-III e o pequeno número de serviços para a infância e juventude. São lacunas que podem ser facilmente corrigidas, mas há situações muito graves na gestão do

Assistência Social

Com a promulgação da Constituição de 1988, a Assistência Social passou a ser reconhecida como um direito social fundamental, subsidiando, anos mais tarde, a criação de uma política pública nacional que, contrapondo-se ao assistencialismo, ao clientelismo e à filantropia, consolidou um sistema de proteção social amplo e estruturado. Nessa diretriz, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui uma rede descentralizada e contínua de serviços voltados a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social com o objetivo de produzir ações de emancipação e de promoção da autonomia dos indivíduos.

Desde a criação do SUAS, a política de Assistência Social está em processo de institucionalização, profissionalização e expansão por todo o país. Segundo o CENSO SUAS de 2015, há mais de 11 mil equipamentos públicos de atendimento espalhados pelo Brasil, incluindo Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência

cia de População de Rua (Centro Pop) e Acolhimento Institucional. Ao todo, são mais de 270 mil trabalhadoras (es) inseridas (os) na gestão e nas unidades públicas, sendo as (os) psicólogas (os) a segunda maior categoria profissional atuante nessa política.

Porém, justamente por desempenhar um papel central e estratégico no sistema de proteção social em nosso país, o SUAS, assim como o SUS, vem sendo alvo de um contínuo processo de precarização e desmonte. “No campo da Assistência Social, apesar de a legislação e de seu conjunto de normativas representarem um pacto em favor das populações mais vulneráveis, hoje, com o contexto econômico e político tensionado, o crescimento de uma postura conservadora e a persistência de problemas sociais, esses avanços estão sendo questionados e a proteção social vem sofrendo sucessivos ataques”, afirma Cláudia Simões.

A atual política econômica do governo federal encara a Assistência Social como um gasto supérfluo, não como um investimento público preconizado pela Constituição Federal. Por isso, promove um verdadeiro gotejamento de verbas ao setor, insuficientes para atender à demanda de seus usuários, precarizando ainda mais os serviços e comprometendo o atendimento de qualidade à população historicamente vulnerabilizada.

Para Cláudia Simões, “o desmonte em curso é absolutamente incompatível com a legislação e com a Constituição Federal”. Segundo a psicóloga, “a assistência social, como política garantidora de direitos, está sendo aviltada de forma avassaladora, e sua manutenção está sendo inviabilizada pelas medidas e cortes

orçamentários. Com isso, correm risco o atendimento a pessoas com deficiência, a pessoas em situação de rua, a mulheres em situação de violência, bem como o acolhimento de crianças e idosos em situação de violação de direitos e o atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa”.

Esse processo de fragilização da Assistência Social fica muito evidente quando se pensa o caso do Rio de Janeiro. No final de 2016, em meio ao despontar da grave crise econômica, o governo estadual anunciou, em seu pacote de regime fiscal, a possibilidade de diluição da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), o que de fato aconteceu pouco tempo depois, apesar da grande reação contrária que tal medida gerou. “A extinção da SEASDH fragilizou a gestão da política de Assistência Social no estado e mostrou de maneira inequívoca qual o lugar dado às políticas voltadas às parcelas mais vulneráveis da população”, destaca a psicóloga.

Ainda segundo a colaboradora do CRP-RJ, o fim da SEASDH agravou a situação da política de Assistência também em nível municipal. “É preciso garantir que o cofinanciamento, que é uma das maneiras de dividir responsabilidades entre os entes federados na efetivação da proteção social, aconteça de maneira eficiente. Um município sozinho, sem o repasse dos recursos estaduais, encontra dificuldades para colocar em prática de maneira efetiva o audacioso pacto de manter sua população a salvo dos riscos sociais”, revela.

Enquanto o SUAS era diluído no estado do Rio, também no plano nacional ele sofria outro golpe: o lançamento do Programa Criança

Feliz, em outubro do mesmo ano. Encabeçado pela primeira-dama, o programa foi criado com o objetivo, entre outros, de orientar as famílias beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada sobre as formas mais adequadas de como cuidar de seus filhos. Ao resgatar elementos históricos que o SUAS busca superar – como o assistencialismo, o clientelismo e o primeiro-damismo –, o programa vai na contramão das diretrizes das políticas públicas de Assistência. Além disso, recebe verbas que, se destinadas ao SUAS, poderiam ser utilizadas no aprimoramento da gestão e na universalização dos serviços.

“O programa é um retrocesso no reconhecimento dos direitos sociais. Ele desloca o direito social para o campo da filantropia, do voluntariado e do assistencialismo, acelerando o processo de desmonte do SUAS. Ao propor o trabalho executado por visitantes contratados, desresponsabiliza o Estado pela prestação de serviços públicos continuados e de qualidade, desrespeita a Lei Orgânica de Assistência Social e desprofissionaliza a política, negando que o trabalho nesse campo exige trabalhadores com formação técnica específica”, critica Cláudia Simões.

Na avaliação da psicóloga, todo esse processo de desmonte do SUAS e das demais políticas públicas possui forte relação com a estrutura de poder dominante vigente em nosso país. “A expansão da democracia, dos direitos sociais e seu exercício efetivo no cotidiano parecem assustar setores da sociedade que querem manter seus privilégios. Não veem nas políticas sociais emancipatórias a possibilidade de desenvolvimento e justiça social”, declara.

Educação

No campo da educação pública, infelizmente, o horizonte não é muito diferente. Sob o falacioso pretexto de “equilíbrio fiscal”, o governo federal vem, desde 2016, promovendo um ataque frontal à área: ao todo, o corte orçamentário ao setor soma mais de R\$ 12 bilhões, valor mais do que suficiente para, por exemplo, alfabetizar os mais de 13 milhões de analfabetos ainda existentes no país e trazer de volta à escola os quase dez milhões de jovens que dela evadiram.

Em sua fervorosa cruzada contra todo e qualquer princípio de equidade social e democratização dos direitos, o governo anunciou a redução drástica de recursos destinados às instituições de fomento a atividades de pesquisa e extensão, como o CAPES e o CNPQ, limitou o acesso ao FIES, o programa de financiamento estudantil, e suspendeu o programa Brasil Alfabetizado, voltado à alfabetização de jovens e adultos.

Não satisfeito, encampou uma reforma no Ensino Médio que, desconsiderando os problemas estruturais da educação pública brasileira e as demandas do corpo docente e discente, consubstancia um modelo educacional que privilegia as demandas do mercado em detrimento de um ensino que promova o pensamento autônomo e crítico.

Enquanto isso, instituições de ensino público (escolas, institutos de formação técnico-profissionalizante e universidades) vão perecendo, à míngua de um governo cujo projeto é bem claro: privatizar a educação pública brasileira, entregando-a aos mascates do neoliberalismo.

“As contrarreformas em curso estão muito bem concatenadas. À medi-

da que você congela por 20 anos os investimentos em educação, você a entrega ao mercado”, aponta Gaudêncio Frigotto. “Há um cerco à educação pública. O subfinanciamento é uma estratégia para alargar a privatização desse setor – seja por meio de parcerias público-privadas ou pela venda direta à iniciativa privada – e, ao mesmo tempo, é a marca de uma educação, do ponto de vis-

em ensino superior público, pois é mais barato selecionar as melhores ‘cabeças’, enviá-las ao exterior para estudar e trazê-las de volta. Essa é a mentalidade da classe dominante brasileira, uma das mais violentas, anti-nação e anti-povo que existem”, afirma.

Gaudêncio Frigotto alerta ainda que a precarização da educa-



“Vivemos um Estado de Mal-Estar Social no Brasil, de desagregação social e de tensão. A situação que vivemos hoje é de interdição do futuro das próximas gerações. Ninguém vive com tranquilidade se não pode desenhar o seu futuro”.

Gaudêncio Frigotto

ta científico-metodológico, que não prepara a grande massa para o trabalho mais complexo”.

“Paulo Renato, pouco depois de assumir o Ministério da Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso, numa conferência para empresários, disse que o Brasil não precisava de grandes investimentos

ção pública não acontece somente por meio do subfinanciamento. “Há também um controle do conteúdo e do método de ensino. Com isso, você bloqueia os instrumentos de participação política qualificada em nome de uma educação que interdita conteúdos que permitem aos jovens a reflexão política crítica”.

É nesse cenário que emergem projetos conservadores que visam a cercear o exercício do livre pensamento em sala de aula, como o famigerado “Escola sem Partido”. “O que está em jogo com o ‘Escola sem Partido’ é que a escola só pode ensinar o que interessa ao pensamento conservador. Esse projeto se baseia na ideia de uma ‘escola neutra’. Ora, em primeiro lugar, nenhum conhecimento é neutro. Em segundo, a escola, por si só, é política pelos conteúdos que ensina, pelo método com que ensina, pelos valores que debate”, destaca o professor da UERJ.

Gaudêncio Frigotto tece duras críticas a esse projeto, que, segundo ele, baseia-se na “ideia de uma natureza humana sem história”. “O raciocínio é extremamente ardiloso. Os filósofos que fundamentam a ideologia liberal afirmam que o ser humano tende ao bom, ao belo, ao agradável e ao útil e que todos recebemos da natureza isso. Logo, se todos recebemos da natureza as condições para viver, cada indivíduo tem total responsabilidade pelo seu problema. O que escapa a isso? Uma análise da história da humanidade. Não existe ser humano fora da história. O ser humano não nasce humano, ele se torna humano ou desumano na sociedade”, pondera.

Nesse sentido, o professor da UERJ considera que a emergência do “Escola sem Partido” é o expoente de um projeto conservador mais amplo de privatização da educação e captura de seus métodos e conteúdo. “O ‘Escola sem Partido’, por exemplo, bate na ideia de que você não pode explicar a pobreza porque ela é uma condição individual, um problema do indivíduo, não uma construção social. Ele é um projeto que moraliza questões sociais da forma mais perversa,

de uma moral sem humanidade. É, portanto, um ovo de serpente”, analisa.

O que a Psicologia tem a ver com isso?

Nesse momento de fragmentação social, tensionamento econômico e radicalização político-ideológica, a luta pela manutenção dos direitos constitucionalmente assegurados, em vez de produzir a união solidária e a mobilização ampla da sociedade brasileira, tem-se revelado um perigoso fermento para o acirramento de disputas que evidenciam a violência, a intolerância e os preconceitos que existem na constituição sócio-histórica da nação brasileira. Aos poucos, a estratégia neoliberal institucionalizada pelo atual governo vai-se impondo, alimentando-se da produção do medo, do ódio e da desagregação social, cada vez mais evidentes.

A prática da (o) psicóloga (o) não está descolada da realidade que atravessa o sujeito. Como ciência e profissão que têm um compromisso com a transformação da realidade e o empoderamento do sujeito, a Psicologia deve estar atenta a esse cenário, compreendendo que o que está em disputa não é apenas um modelo de cuidado em Saúde Mental, uma lógica conservadora de Educação ou uma concepção societária que rejeita com veemência a Assistência Social. O que está em jogo é a imposição de um projeto de mercadorização da vida, pautado por uma lógica conservadora, moralizante e individualizante.

Por isso, a Psicologia deve ser uma bandeira que potencialize, no cuidado diário ao sujeito e no acolhimento às singularidades humanas, uma resistência ético-política em favor da democracia e da digni-

dade para todos os humanos, independentemente de sua condição social e econômica.

“Acredito que o profissional psicólogo participa ativamente da construção dessa cultura de garantia de direitos, tanto pelo seu engajamento nas instâncias de controle social e participação nos fóruns de trabalhadores, como também intervindo nos aspectos subjetivos que estão abrangidos nos processos de promoção de direitos ou de violações. Nossa prática deve ser orientada pela afirmação e ampliação dos direitos e pela autonomia dos sujeitos e grupos sociais”, afirma Cláudia Simões.

“Nos 30 anos da política de Saúde Mental, a participação dos psicólogos tem sido decisiva, liderando o processo de mudança, produzindo conhecimento e formando novos quadros para a atenção psicossocial. Não tenho dúvida de que os profissionais de Psicologia terão um papel decisivo na resistência, que começa agora, ao desmonte do SUS e da Reforma Psiquiátrica”, diz Pedro Delgado.

“O sujeito é uma síntese de subjetividade e objetividade. A Psicologia tem muito a contribuir nesse processo de resistência ajudando-nos a compreender, a partir das manifestações do sujeito, o que as produz. Isto é, compreender mais do que apenas os fenômenos individuais, mas, sim, os fenômenos individuais que expressam construções coletivas”, finaliza Gaudêncio Frigotto. ●

SESSÃO RECOMENDADA

"EU, DANIEL BLAKE"

Filme:

Eu, Daniel Blake
(*I, Daniel Blake*)

Produção:

Inglaterra (2016)

Direção:

Ken Loach

**POR JOSÉ NOVAES
(CRP 05/980)**

PSICÓLOGO E COLABORADOR DO
CRP-RJ

Acompanhemos Daniel Blake, um trabalhador – carpinteiro – com 40 anos de experiência em sua saga para ter o seu direito ao seu seguro-desemprego assegurado: ele tem insuficiência cardíaca e, por recomendação médica, não pode trabalhar. No entanto, a orientação primeira que lhe dão na agência governamental que trata do assunto é de procurar emprego, por todos os modos possíveis – classificados de jornais, agências de empregos, procurando as empresas pessoalmente –, como condição essencial para ser atendido em sua demanda de seguro-desemprego.

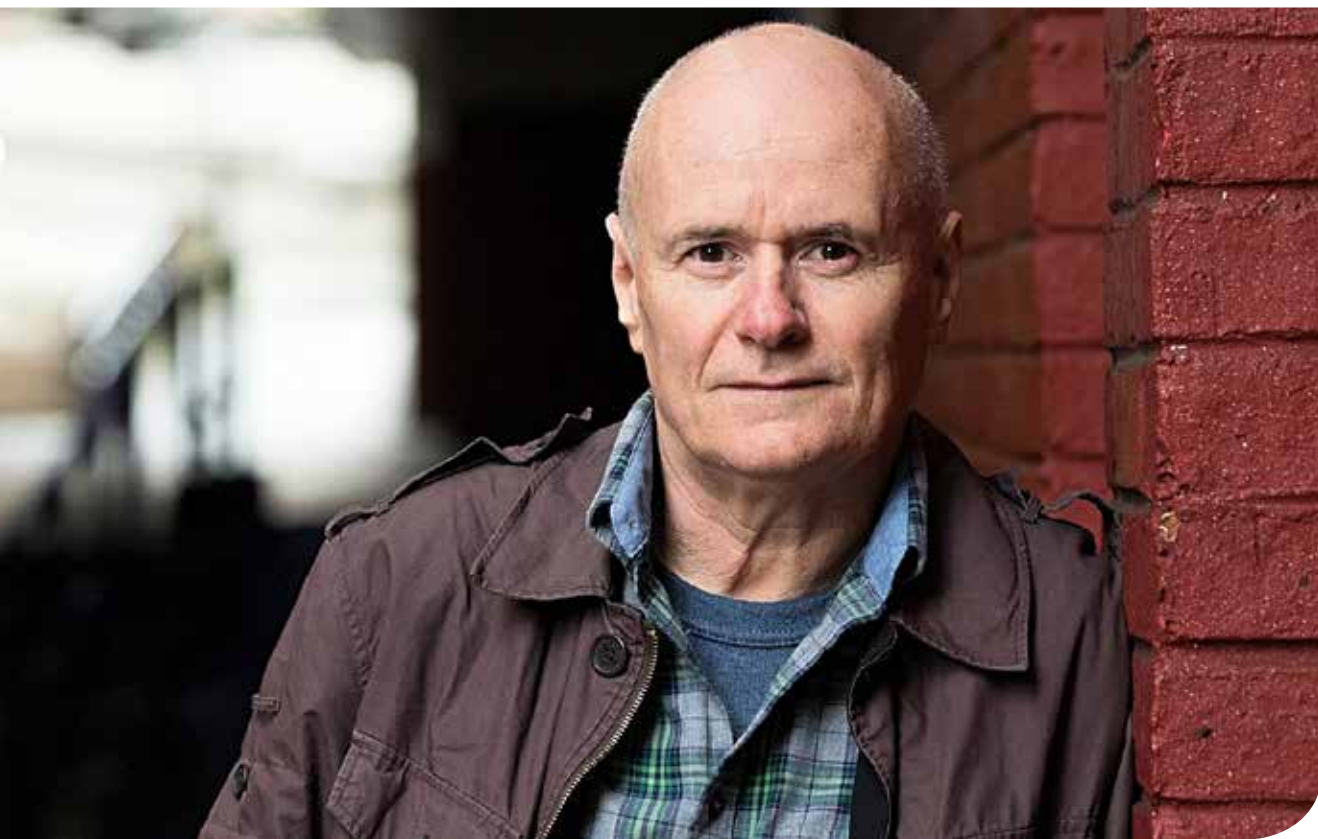
Absurdo? Sim, mas é a “norma”, como lhe é dito várias vezes, em suas peregrinações pelas salas e

mesas de atendimento, enfrentando a frieza, a insensibilidade, a incompreensão, a surdez – “Vocês não escutam?”, diz e repete Daniel Blake em várias ocasiões –, e até mesmo a rudeza e violência de funcionários burocratas que se escudam em portarias, regulamentações e normas para finalmente ameaçá-lo de chamar a polícia para expulsá-lo da agência.

Em uma de suas idas à agência, conhece Katie, mulher ainda jovem com dois filhos (uma menina e um menino), que também depende da assistência social pública, e se torna seu amigo, fazendo pequenos consertos no apartamento que ela conseguiu para morar. O filme mostra também sua relação com seus vizinhos, dois rapazes – um negro e outro branco – que vivem de pequenos expedientes, no limite da legalidade.

Além da insensibilidade e rudeza dos funcionários da agência de assistência social – que é uma empresa particular, norte-americana, contratada pelo Estado inglês –, Daniel tem também que enfrentar suas insuficiências pessoais: tem que lidar com computadores que não sabe operar, perde-se, o tempo que tem para realizar os procedimentos on-line expira, etc. Quando alguém da agência menos insensível e burocrata tenta ajudá-lo, nesta e em outras ocasiões, é impedido por supervisores: as normas não o permitem.

Estes e outros absurdos kafkianos pontuam a história: Daniel recebe um telefonema com mensagem gravada dizendo que deverá receber carta comunicando que está apto para o trabalho e não tem direito ao seguro-desemprego; em um diálogo surreal com uma atendente da agência, esta lhe diz que ele tem que pro-



var que procura um emprego – “Filmou as entrevistas?”, “Gravou as conversas?” – e que ele assinou um acordo com o Estado, uma papelada que ela lhe apresentara anteriormente; Daniel é ameaçado com outras punições e vende seus móveis para conseguir dinheiro.

Em uma entrevista inútil na agência, quando acusa: “Querem me humilhar ... Quando se perdeu a autoestima, nada mais adianta”, Daniel sai e escreve uma mensagem na parede da agência, relatando seu problema: quer ter o pedido de reconsideração da decisão que lhe nega o seguro-desemprego aceito, simplesmente. As pessoas na rua aplaudem, se solidarizam. A polícia vem, ele é preso e solto com uma advertência, porque “confessou e é primário”, podendo ter punição maior se reincidir.

Em nova ida a uma agência, com Katie, dizem-lhe que o recurso

“Meu nome é Daniel Blake, sou um homem e não um cão. Portanto, exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu, Daniel Blake, um cidadão, nem mais nem menos”.

que pode apresentar vai ser aceito, que Daniel vai ganhar. Pede licença para se refrescar e morre do coração no banheiro. Em seu funeral, Katie, após dizer que o “Estado o levou para uma mor-

te precoce”, lê a carta que Daniel pretendia ler na audiência de julgamento do recurso: “Não sou um cliente, consumidor ou usuário dos serviços. Eu não sou um desistente, um fujão, um mendigo ou um ladrão ... Pago minhas obrigações, faço meus centavos e tenho orgulho disso. Eu não aceito ou procuro caridade. Meu nome é Daniel Blake, sou um homem e não um cão. Portanto, exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu, Daniel Blake, um cidadão, nem mais nem menos”.

Na atual situação do Brasil, a dignidade de Daniel Blake é de extrema necessidade diante da perda vertiginosa de direitos da população nos serviços públicos de assistência social, saúde, educação, segurança e em todas as outras áreas. ●

II FÓRUM DE PSICOLOGIA DA BAIXADA FLUMINENSE REÚNE MAIS DE 70 PARTICIPANTES EM NOVA IGUAÇU



PSICÓLOGAS (OS), ESTUDANTES, PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSOS DE PSICOLOGIA PRESTIGIARAM O EVENTO.

Uma realização do CRP-RJ, por meio da sua Comissão Gestora da Subse de Baixada, com apoio das universidades da região, a 2ª edição do Fórum de Psicologia da Baixada Fluminense reuniu mais de 70 participantes. Com tema “Formação, Campo de Estágio e Mercado de Trabalho: Desafios e Dilemas”, o evento aconteceu em 25 de novembro na Subsede de Nova Iguaçu.

A proposta foi potencializar os debates sobre a formação em Psicologia, o campo de estágio e a inserção no mercado de trabalho e estabelecer um espaço de diálogo e integração entre psicólogas (os), estudantes, instituições de ensino e órgãos públicos e privados da região.

Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523), conselheira-coor-

denadora da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada, iniciou o evento instalando a mesa de abertura, composta pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), pela conselheira-secretária do CRP-RJ, Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170), pelo presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, Marinaldo Silva Santos (CRP 05/5057), pela representante do Colegiado do Fórum de Psicologia na Baixada, Thelma Mary Araújo de Oliveira (CRP 05/15326), e pela estudante de Psicologia da UFRRJ, Caroline Curty Pereira.

1ª mesa

“Desafios para a formação do psicólogo, campo de estágio e mercado de trabalho” foi o tema da primeira mesa, que teve participação de Antônio Reguete Monteiro de Souza (CRP 05/22073), psicólogo, psicodramatista, supervisor de estágio e coordenador do Laboratório Inter-

disciplinar de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social do curso de Psicologia da UNIGRANRIO. A mediação ficou por conta de Maíra Amaral de Andrade (CRP 05/32352), diretora do Núcleo Integrado de Desenvolvimento Humano (NIDH).

O professor da UNIGRANRIO defendeu que a (o) profissional de Psicologia deve “inventar sua prática”. “Criar soluções e modos de intervenção para problemas que nunca haviam sido enfrentados constitui um ponto fundamental que permite discutir os desafios da formação do psicólogo no campo do estágio e no mercado de trabalho, articulando o local e o global, o particular e o geral”.

2ª mesa

Mediada pela integrante da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada Rogéria Thompson (CRP05/52415), a segunda mesa teve como tema “Formação em Psicologia: Ênf-



Estudantes, psicólogas (os) e professores marcaram presença no evento (Foto 1). O primeiro debate foi conduzido por Antônio Reguete (Foto 2). As 2ª e 3ª mesas foram compostas por coordenadores de curso e profissionais que atuam em instituições que oferecem estágio (Fotos 3 e 4).

ses e Diretrizes Gerais”. Participaram do debate Ralph Ribeiro Mesquita (CRP 05/8923), coordenador da Universidade Estácio de Sá de Nova Iguaçu, Roberta Barzaghi e Sá (CRP05/50228), coordenadora da UNIGRANRIO de Caxias e Nova Iguaçu, e Déborah Uhr (CRP 05/19590), coordenadora do SPA da UFRRJ, em Seropédica.

Ralph Mesquita contextualizou historicamente a regulamentação da Psicologia em 1962 e problematizou os paradigmas que balizam a atuação *psi* ainda hoje. “Me parece importante pensar em que representações de ser humano, de sociedade e de Psicologia estão fundadas as demandas discentes e as ofertas docentes. Isso não está desvinculado”.

Roberta Barzaghi enfatizou que, independente da sua área de atuação, a (o) psicóloga (o) deve se reconhecer como uma (um) profissional de Saúde. “Nós, psicólogos, precisamos desenvolver algumas competências básicas que são do campo da saúde. A nossa prática é uma prática de saúde, mesmo que sejamos executivos em uma grande multinacional”.

“Concordo plenamente com o investimento da formação universitária para a atuação do psicólogo no campo das políticas públicas. Mas me questiono o que se passa na formação que faz parecer que as diretrizes gerais do fazer *psi* no campo público são suficientes para o cuidado. Elas não são suficientes para o cuidado. É preciso uma formação clínica. Se ensinamos que existe uma cisão entre clínica e política, entre indivíduo e a sociedade, entre o singular e o coletivo, então estamos formando mal os alunos”, afirmou Deborah Uhr, finalizando a mesa.

3ª mesa

O terceiro e último debate do evento teve como tema “Campo de Estágio e Mercado de Trabalho”. Mediada por Carla Maria Mendes (CRP05/15725), docente e supervisora de estágio na SEFLU e UNIABEU, a mesa contou com a participação de Edimilson Duarte de Lima (CRP 05/17918), coordenador de Psicologia na UNIABEU, Ludmilla Furtado (CRP 05/35090), gestora dos Programas Institucionais da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, e Leticia Penha (CRP 05/11750), psicóloga do DEGASE.

Edimilson Lima abordou “o lugar do aluno como protagonista em seu processo de formação”. “Um dos nossos objetivos é desenvolver junto aos alunos do curso de Psicologia a habilidade para pensar que concepção de Psicologia, como prática profissional, você constrói a partir das referências teóricas e conceituais desenvolvidas dentro de sala de aula”, disse.

“Nosso grande desafio como instituição que recebe estagiários de Psicologia é como ajudá-los a se tornar um profissional sendo que nós, que estamos atuando no SUAS, uma prática muito recente ainda, também estamos nos formando”, apontou Ludmilla Furtado.

Leticia Penha, por sua vez, afirmou que “o trabalho do psicólogo no DEGASE tem uma variedade de ações e intervenções e, consequentemente, o campo de estágio em Psicologia nesse espaço possibilita ao estudante o encontro com essa gama de conhecimento relativa ao universo socioeducativo, tais como as leis que o embasam, as relações entre a Psicologia e o Direito, a instituição e sua *práxis* e, ainda, a elaboração dos documentos *psi*”. ●



Evento "Tecendo Redes" acontece na Estácio de Nova Iguaçu após entrega de CIP às (aos) novas (os) inscritas (os)

As atividades do CRP-RJ entre agosto e dezembro de 2017 mobilizaram a categoria e os estudantes na região da Baixada, começando com a reinauguração da Subsele Baixada, em Nova Iguaçu, após pouco mais de um ano de reformas. A reinauguração ocorreu durante o evento comemorativo ao Dia da (o) Psicóloga (o) "A construção da Psicologia no Brasil nos 55 anos". Ainda em comemoração ao Dia da (o) Psicóloga (o), aconteceu, na recém inaugurada Subsele, a apresentação teatral "Marx Baixou em Mim", organizada pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o CRP-RJ.

Em setembro, retornamos o nosso famoso Cine Psi Baixada, que, em sua 52ª edição, debateu o tema "Setembro Amarelo: Precisamos falar sobre o suicídio". Em outubro, realizamos a 26ª edição da "Roda e Encontros" com o tema "Dia Internacional do Idoso", debatendo a atuação da Psicologia junto à questão do envelhecimento.

Em novembro, realizamos o evento "Tecendo Redes: CRP-RJ nas Universidades" e também a 2ª edição do Fórum de Psicologia da Baixada Fluminense, com tema "Formação,

campo de estágio e mercado de trabalho: Desafios e Dilemas", que contou com a participação de estudantes, psicólogas (os) e representantes das seis universidades da Baixada (veja a cobertura completa na página 28).

Em dezembro, a partir da parceria do CRP-RJ com o Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu e o Fórum Grita Baixada, foi realizada a roda de conversa sobre audiências de custódia, com a participação de defensores públicos e organizações da sociedade civil para debater a Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça. A normativa regulamenta a audiência de custódia, trazendo a público os desafios na luta para a humanização dos serviços no judiciário à população carcerária na Baixada.

Ao longo de 2017, as atividades promovidas na região pelo CRP-RJ, por meio da sua Comissão Gestora na Baixada, tiveram público recorde de participantes: ao todo, foram cerca de 3.500 pessoas circulando na Subsele Baixada e demais eventos promovidos, entre psicólogas (os), estudantes, professores e representantes de instituições parceiras.

DESTAQUES DE 2017 NAS AÇÕES DO CRP-RJ NA BAIXADA FLUMINENSE

Ainda durante o ano passado, foram entregues Carteira de Identidade Profissional (CIP) a cerca de 400 novas (os) psicólogas (os) da região. As cerimônias de entrega de CIP aconteciam, em geral, nas universidades da região, no formato "Tecendo Redes: CRP nas Universidades", com palestras de conselheiros e psicólogas fiscais da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ e debates sobre temas variados relacionados ao exercício da Psicologia, tais como Ética, Direitos Humanos e Formação.

As coberturas das atividades desenvolvidas pelo CRP-RJ na Baixada estão disponíveis em nosso site pelo link: <www.crp.rj.org.br/site/category/baixada/> e pela página da Subsele Baixada no facebook.

Comissão Gestora: Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523) – Conselheira-presidente; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) – conselheira. Colaboradores: Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), Rogéria Thompson (CRP05/52415), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408) e Flavia Sena (CRP 05/52348). Estudantes colaboradores: Gabriela de A. Bráz dos Santos e Igor Soares do Nascimento.

Contato: subsedeni@crprj.org.br / (21) 2768-0007 / Facebook: Subsele Baixada CRP/RJ ●

INFORMES DA SUBSEDE DO NORTE-NOROESTE FLUMINENSE

As ações ético-políticas da Comissão Gestora do CRP-RJ no Norte – Noroeste Fluminense (CGNNF), nas diversas áreas de inserção da Psicologia na região, ao longo do segundo semestre de 2017 contemplaram as seguintes atividades.

Assistência Social

Em julho, a CGNNF, em parceria com a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Campos dos Goytacazes e psicólogas (os) da rede, realizou o encontro “Psicologia e SUAS”, debatendo o aprimoramento do trabalho nos serviços socioassistenciais com a presença das colaboradoras da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ Ana Cláudia de Alcântara (CRP 05/42842) e Cláudia Simões (CRP 05/30182).

Foi realizado, em outubro, o “I Encontro Intersetorial entre o SUAS e o Sistema de Justiça”, na Câmara Municipal de Campos, com a palestra da conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Assistência, Juliana Gomes (CRP 05/41667).

Em novembro, a I Mostra de Estágio de Serviço Social e Psicologia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social de Campos teve participação de estudantes de Psicologia e do colaborador da CGNNF Ederton Rossini (CRP 05/50996).

Diversidade sexual e de gênero

A diversidade sexual e de gênero e a atuação *psi* nesse campo foram debatidas em agosto no Centro Universitário São José, em Itaperuna, pelo conselheiro do CRP-RJ Alexandre França (CRP 05/32345).



Comissão Gestora do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense mobiliza psicólogas (os) e estudantes da região em diversos eventos

Em outubro, a convite da professora Bárbara Breder (CRP 05/40373), a conselheira-presidente da CGNNF, Evelyn Rebouças (CRP 05/41205), marcou presença na UFF de Campos para a “Aula Aberta em Defesa da Diversidade Sexual e Contra a Discriminação de Gênero”.

Dia da (o) Psicóloga (o)

Em comemoração ao Dia da (o) Psicóloga (o), o CRP-RJ esteve presente na Universidade ISECENSA para a Aula Inaugural “Inclusão em Foco: reflexão e ressonância sobre o que ainda pouco se conhece” sobre os cuidados necessários à pessoa com deficiência.

O evento “Psicologia Clínica: diferentes abordagens e o compromisso social” foi realizado na Universidade Estácio de Sá de Campos pela CGNNF e psicólogos professores convidados, apresentando diversidade de abordagens e debatendo o compromisso ético-social preconizado pelo Código de Ética.

São João da Barra

Em setembro, a colaboradora da CGNNF Michele Motta (CRP 05/31331) participou do V Fórum de Inclusão da Pessoa com Deficiência de São João da Barra. Ainda nesse município, foram realizados os encontros “Ética e Psicologia, os desafios da profissão”, em julho; “Contribui-

ções da Psicologia no Tratamento da Depressão e nos Casos de Tentativa de Suicídio”, este último com participação da psicóloga Denise Gondim (CRP 05/12231) para debater a campanha Setembro Amarelo; e, em dezembro, “Mídia e Comportamento Social: o papel da Psicologia frente às novas tecnologias”.

Educação

No campo da Educação, o CRP-RJ participou, em novembro, do “I Seminário Infância, Juventude e Educação: Campos em movimento”, mobilizado pela psicóloga Beatriz Corsino (CRP 05/35805) e que teve participação da conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ, Giovanna Marafon (CRP 05/ 30781).

Você pode acompanhar as atividades do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/norte-noroeste/>.

Comissão Gestora: Evelyn Rebouças (CRP 05/41205) – Conselheira-presidente. Colaboradores: Bianca Miranda (CRP 05/44420), Denise Gomes (CRP 05/41189), Ederton Rossini (CRP 05/50996), Fátima Siqueira (CRP 05/9138) e Michelle Motta (CRP 05/31331).

Contato: subsedecampos@crprj.org.br / (22) 2728-2057. ●

INFORMES DA SUBSEDE REGIÃO SERRANA



Evento sobre Assistência Social reúne profissionais e estudantes no Centro de Petrópolis

REGIÃO SERRANA

No último semestre de 2017, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – Subsede da Região Serrana deu continuidade às parcerias com as universidades da região. Nesse período, foram promovidas palestras abordando as temáticas “Psicologia e Direitos Humanos” e “Medidas Socioeducativas”. Além disso, fomos convidados pela UNIFESO de Teresópolis a apresentar uma edição do “CinePsi” para debater a campanha Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio.

No dia 25 de agosto, foi realizada, entre as Comissões Gestoras das Subsedes da Região Serrana e do Norte-Noroeste Fluminense, uma reunião para finalizar o projeto de criação da Comissão de Estudantes em Petrópolis. A instauração de uma Comissão de Estudantes na região representa uma aproximação que democratiza e potencializa as ações, favorece um diálogo das instituições formadoras com o CRP-RJ e leva aos estudantes debates sobre importantes temas, como Ética, Direitos Humanos e o compromisso social da Psicologia, contribuindo, assim, para a formação acadêmica desses futuros profissionais.

Ainda em agosto, em comemoração do Dia da (o) Psicóloga (o), a psicóloga e supervisora da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ, Zarlete Faria (CRP 05/15377), esteve na UCP, em Petrópolis, para ministrar a palestra sobre “Elaboração e Guarda de Documentos Produzidos por Psicólogos”.

Foi realizado também o primeiro encontro das (os) psicólogas (os) que atuam na Assistência Social de Petrópolis, atendendo à demanda das (os) próprias (os) psicólogas (os) do município, com o objetivo de discutir os problemas enfrentados na atuação profissional da Psicologia nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua relação com os demais órgãos defensores de direitos. Outra demanda relatada pelas (os) psicólogas (os) no encontro refere-se à produção de documentos e relatórios, sinalizando o excesso de burocratização nos processos que envolvem os encaminhamentos ao Judiciário, Conselho Tutelar e Promotoria.

A partir do citado encontro, o CRP-RJ convidou o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS) para juntos realizarem

o evento: “CRP e CRESS – Dialogando sobre as Práticas no SUAS”, ocorrido em novembro na Casa Cláudio de Souza, em Petrópolis. As palestrantes foram Paula Smith (CRP 05/34667), psicóloga e colaboradora da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ, e Nathalia Carlos da Silva, diretora do CRESS-RJ. Durante o debate, as (os) participantes puderam dialogar com seus conselhos profissionais sobre suas demandas e realidades de atuação.

Para acompanhar a agenda de eventos e atividades do CRP-RJ na Região Serrana, acesse nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/regiao-serrana/> ou fique atento às publicações na página da Subsede da Região Serrana no Facebook.

Comissão Gestora: Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) – Conselheiro-presidente; Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893) – conselheira. Colaboradoras: Débora Esteves Müller (CRP 05/46269) e Victoria Antonieta Tápia Gutiérrez (CRP 05/20157). Estudante colaboradora voluntária: Francynne Andrade.

Contatos: (24) 2243-0834 / E-mail: subsedepetropolis@crprj.org.br / Facebook: CRP – Subsede Região Serrana. ●

CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PARA A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO

CRP-RJ LANÇA OS ANAIS DA 11ª MOSTRA REGIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA.

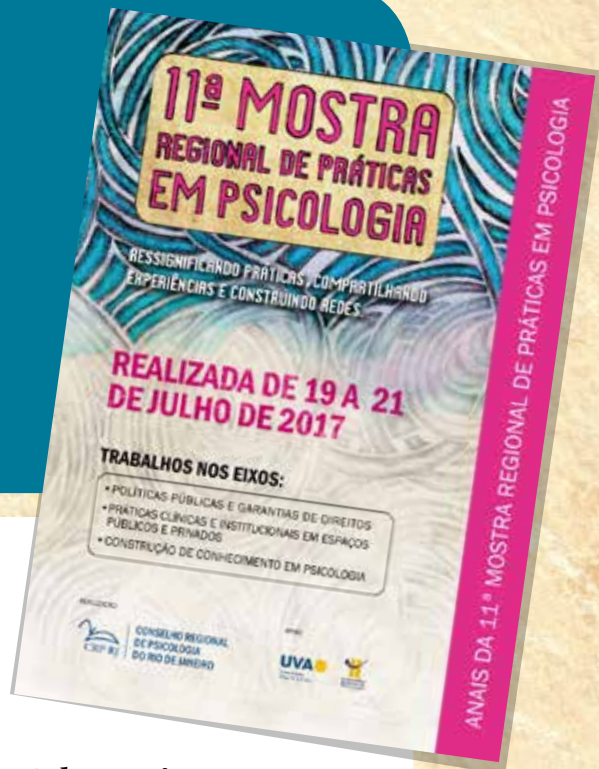
Na data em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o CRP-RJ divulgou os Anais da 11ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, que contém os resumos dos trabalhos apresentados por psicólogas (os) e estudantes durante este que é um dos principais eventos da Psicologia fluminense.

A escolha da data não foi aleatória. A publicação dos Anais da 11ª Mostra em 8 de março foi uma homenagem do CRP-RJ às psicólogas do estado do Rio de Janeiro que, com notável determina-

ção, vêm contribuindo para a construção e o desenvolvimento da Psicologia.

Ao todo, dos 330 trabalhos reunidos na publicação, 284 foram apresentados ou co-apresentados por mulheres. E mais: dos 976 autoras (es) que apresentaram, ou co-apresentaram trabalhos no evento 785 são mulheres. Ou seja, uma evidência marcante da presença feminina na Psicologia!

Para conferir os Anais, acesse <www.crprj.org.br/site/category/relatorios/>.



Sobre a 11ª Mostra

Promovida pelo CRP-RJ, a 11ª edição da Mostra Regional de Práticas em Psicologia aconteceu entre 19 e 21 de julho na Universidade Veiga de Almeida da Tijuca, reunindo mais de 700 participantes e tendo um número recorde de trabalhos inscritos e apresentados.

2018: ANO DA FORMAÇÃO

Este ano foi eleito pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e pela Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) como o Ano Temático da Formação.

O objetivo é mobilizar psicólogas (os), estudantes e docentes em todo o Brasil para debater e construir propostas de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Psicologia.

Para tanto, foi organizada uma agenda nacional de eventos preparatórios, entre janeiro e fevereiro, para levantar propostas a serem votadas nos encontros regionais que, por sua vez, debaterão, aprovarão e sistematizarão propostas para votação no Encontro Nacional, que acontecerá no dia 5 de maio em Brasília.

No estado do Rio, foram organizados, em parceria entre o Núcleo Rio da ABEP e o CRP-RJ, quatro eventos:

dois na sede do CRP-RJ, um em Niterói e outro na Subseção do CRP-RJ em Campos dos Goytacazes. As propostas aprovadas serão levadas para votação no Encontro da Região Sudeste, que acontecerá em São Paulo no dia 21 de abril.

Para ver a cobertura dos eventos no estado do Rio, acesse <www.crprj.org.br/site/category/estudantes/>.

Para saber mais sobre o Ano da Formação, acesse o site do CFP: <site.cfp.org.br/>.

ANUIDADE 2018:

VEJA OS VALORES E MODALIDADES DE PAGAMENTO APROVADOS

Os valores das anuidades para pessoa física e jurídica, das taxas e das multas são aprovados anualmente pelas (os) psicólogas (os) presentes na Assembleia Orçamentária. No ano passado, a Assembleia Orçamentária aconteceu no dia 20 de outubro na sede do CRP-RJ. As (os) profissionais presentes aprovaram por unanimidade a proposta de reajuste de 2,07% no valor das anuidades para 2018, referente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre agosto de 2016 e julho de 2017.

A anuidade para pessoa física ficou estabelecida em R\$ 491,32 (quatrocentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) e, para pessoa jurídica, em R\$ 614,95 (seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos) para empresas com capital social inferior a R\$ 50 mil (sobre as novas

regras da anuidade de pessoa jurídica, saiba mais abaixo).

O vencimento da anuidade é 31 de março de 2018. Porém, para pagamento à vista antecipado até 31 de janeiro, foi concedido desconto de 10%. Para pagamento antecipado à vista até 28 de fevereiro, o desconto foi de 5%.

Ainda durante a Assembleia Orçamentária, foi aprovada a possibilidade de pagamento em cinco parcelas, sem juros e sem desconto, da anuidade. O vencimento da primeira parcela foi em 31 de janeiro e da última será em 31 de maio.

A Assembleia Orçamentária ocorre anualmente no segundo semestre e é amplamente divulgada a toda a categoria pelo site do CRP-RJ, facebook e informativos on-line. Podem participar todas (os) as (os) psicólo-

gas (os), mas somente as (os) profissionais ativas (os) e adimplentes têm direito a voto.

Anuidade escalonada para Pessoa Jurídica

Ainda durante a Assembleia Orçamentária, foi aprovada a cobrança da anuidade para pessoa jurídica (PJ) de acordo com o capital social da empresa, conforme determina a Resolução nº 004/2016 do Conselho Federal de Psicologia.

Pela nova regra, quanto maior o capital social da empresa, maior será o valor da anuidade a ser paga ao CRP-RJ. Isto é, o valor estabelecido de R\$ 614,95 para anuidade de PJ vale apenas para as empresas com capital social igual ou inferior a R\$ 50 mil. O valor máximo da anuidade de PJ é de R\$ 5.618,38 para empresas com capital social superior a R\$ 10 milhões.

Esclarecimentos sobre boletos da anuidade 2018

Este ano, houve um atraso no envio dos boletos da anuidade em virtude da mudança no sistema de cobrança pelo Banco do Brasil. Conforme informado no site do CRP-RJ, facebook e informativos on-line ao longo do mês de janeiro, a previsão de entrega dos boletos era 25 de janeiro.

Por isso, para garantir à categoria a possibilidade de pagamento à vista com desconto ou de pagamento parcelado, o CRP-RJ disponibilizou a obtenção do boleto on-line em nosso site e promoveu um plantão de atendimento telefônico na segunda quinzena de janeiro para auxiliar as (os) profissionais com dúvidas ou dificuldades na obtenção do boleto em nosso site.

VEJA COMO É EMPREGADO O VALOR QUE VOCÊ PAGA DE ANUIDADE AO CRP-RJ



BALANÇO FINANCEIRO DO CRP-RJ DE 1º DE JANEIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Vale a pena lembrar: conforme apresentado em edições anteriores, 25% do valor das anuidades pagas ao CRP-RJ é repassado para o Conselho Federal de Psicologia. Os 75% remanescentes se tornam receita para o CRP-RJ, receita essa destinada ao pagamento da folha salarial dos funcionários, às despesas correntes – como contratos de prestação de serviços vigentes, tributos e impostos – e às ações do CRP-RJ junto às (aos) psicólogas (os) e à sociedade. O valor da receita que venha a sobrar no fim do ano se torna o superávit financeiro. Esse superávit é investido em aplicação no Banco do Brasil (CDB) para ser utilizado em possíveis ações emergenciais e/ou de manutenção e expansão do CRP-RJ.

Iniciamos o ano de 2017 com R\$ 721.288 aplicados em CDB. No período de janeiro a novembro, foram pagos ao CRP-RJ R\$ 11.459.485, referentes à arrecadação proveniente das anuidades. Deste valor, R\$ 2.865.003 foram repassados ao CFP,

nos deixando uma receita líquida de R\$ 8.594.483. Levando em consideração o valor de R\$ 721.288 procedente de superávits anteriores, a receita líquida do CRP-RJ no período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2017 foi de R\$ 9.315.771.

Entre janeiro e novembro, foram despendidos R\$ 4.669.936 com a folha de pagamento e R\$ 3.530.023 com manutenção, obras, despesas correntes, impostos, contratos, ações de fiscalização e atividades do CRP-RJ voltadas à categoria e à sociedade, tais como a 11ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia,

o 3º Seminário de Psicologia na Assistência Social, as entregas de Carteira de Identidade Profissional às (aos) profissionais novas (os) inscritas (os) em municípios do interior do estado e as rodas de conversa e demais eventos promovidos na sede e subseções do CRP-RJ.

Assim, começamos o mês dezembro de 2017 com o saldo de R\$ 1.115.811.

Mais informações podem ser encontradas no Portal de Transparência do CRP-RJ. Acesse <www.crprj.org.br/site/transparencia/> e confira!

ATENÇÃO! SE VOCÊ AINDA NÃO FEZ O PAGAMENTO DA SUA ANUIDADE 2018, FIQUE DE OLHO! PARA QUE VOCÊ POSSA MANTER AS SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS E/OU DE SUA EMPRESA REGULARIZADAS, É PRECISO ESTAR EM DIA COM AS ANUIDADES DO CRP. CASO VOCÊ ESTEJA IRREGULAR, COM ALGUMA ANUIDADE OU PARCELA EM ATRASO, PROCURE O SETOR DE ATENDIMENTO NA SEDE OU EM QUALQUER SUBSEDE DO CRP-RJ OU ENVIE E-MAIL PARA cobranca@crprj.org.br PARA RENEGOCIAR SEU DÉBITO!

III SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL REÚNE MAIS DE 100 PESSOAS

EVENTO ACONTECEU NA UERJ, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA DIANTE DO PROJETO DE DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Psicólogas (os), assistentes sociais, estudantes e demais profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) marcaram presença na 3ª edição do Seminário de Psicologia na Assistência Social, promovido pelo CRP-RJ no dia 27 de outubro na UERJ. Com temática “Transversalizando Debates, Afinando Práticas”, o evento objetivou transversalizar o debate sobre a inserção da Psicologia nas políticas de Assistência em tempos de perda de direitos fundamentais e desmonte das Políticas Públicas.

O evento foi gratuito, mas foi solicitado às (aos) participantes que doassem dois quilos de alimento não perecível aos funcionários da UERJ, há meses com seus salários atrasados. Ao final do evento, os quase 200 quilos de alimento foram entregues ao Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro para distribuição.

A mesa de abertura foi composta pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), pela então conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ, Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), e pela professora da UERJ Anna Paula Uziel (CRP 05/17260).



Thaís Vargas (ao microfone) na última mesa do evento

1º debate

“Infância e Adolescência no SUAS: Proteção” foi o tema do debate de abertura. A primeira palestrante foi Luciene Alvez Miguez Naiff (CRP 05/22840), psicóloga e professora da UFRJ, que explicou que o SUAS possui dois níveis de atuação: a Proteção Básica e a Especial. Vânia Sierra, coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, defendeu a importância de pensar a Assistência Social atrelada à concepção de autonomia. Por fim, Ana Cláudia Albino (CRP 05/42842), representante do CRP-RJ no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, destacou a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do SUAS como dispositivos legais de empoderamento e de reconhecimento da população historicamente vulnerabilizada como sujeitos de direitos.

2º debate

“Gestão e Vigilância Socioassistencial no combate às desigualdades sociais” foi o tema da segunda mesa. Os palestrantes foram Paula Kwamme Latgé (CRP 05/38749), professora do “capacitaSUAS” e conselheira do CRP-RJ, Carla Fellows (CRP 05/33480), docente do CapacitaSuas RJ/MG, e Diana Delgado, assistente social e especialista em Administração Pública.

Paula Latgé defendeu que todos os profissionais do SUAS devem ser envolvidos na gestão de forma a tornar mais eficientes os serviços prestados aos usuários do SUAS. Carla Fellows destacou que a Assistência Social tem papel fundamental na resistência contra o desmantelamento das políticas públicas. Diana Delgado afirmou que a gestão do SUAS implica não somente o profes-

Paula Latgé (ao microfone) fala sobre gestão do SUAS



3ª mesa do evento debate transversalidade, diversidade sexual e intolerância religiosa no SUAS



Infância e adolescência foi o tema do primeiro debate

sional que ocupa o cargo de “gestor”, mas também todos os trabalhadores dessa política.

3ª mesa

A terceira mesa teve como tema “Transversalidade no SUAS”. Os palestrantes foram Jaqueline Gomes de Jesus, professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Fabiane de Souza Vieira (CRP 05/28527), colaboradora do CRP-RJ no Eixo de Psicologia e Laicidade da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), e José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767), conselheiro-coordenador do Eixo de Psicologia e Laicidade da CRDH.

Jaqueline Gomes abordou a situação da população LGBT+ dentro das políticas de Assistência e destacou que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Fabiane Viei-

ra falou sobre a intolerância religiosa que atravessa os usuários do SUAS e, muitas vezes, o próprio atendimento em um equipamento da Assistência. José Henrique defendeu que a Psicologia, como ciência e profissão, é laica e deve respeitar a liberdade de crença / não-crença do sujeito.

Última mesa

“Infância e Adolescência no SUAS: Socioeducação” foi o tema da última mesa, que teve como palestrantes Thaís Vargas Menezes (CRP 05/33228), psicóloga do DEGASE e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaguaí, Thiago Melício (CRP 05/35915), conselheiro do CRP-RJ e professor da UERJ, e Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), conselheiro do CRP-RJ e psicólogo do DEGASE.

Thiago Melício enfatizou que a (o) psicóloga (o) deve desenvolver sua postura ética a partir da construção de um olhar sensível às diferenças e às singularidades. Juraci Brito afirmou que a atuação *psi* dentro dos espaços de internação ainda funciona nos moldes de instituição total e que essa lógica precisa ser desconstruída. Thaís Vargas destacou que a medida socioeducativa tem dois vieses: o sancionatório, de penalização e responsabilização do adolescente, e o sociopedagógico, de reintegração desse adolescente à sociedade.

Vídeos no Youtube

Todas as mesas de debates do evento foram filmadas e encontram-se disponíveis para visualização em nosso canal no Youtube. Acesse <www.youtube.com/watch?v=3lS_g1B_rkk> e confira! ●

**POR UM MUNDO ONDE MULHERES
NÃO SEJAM ALVO DE PRECONCEITOS,
DISCRIMINAÇÃO, OPRESSÃO E
VIOLÊNCIA!**



8 DE MARÇO

**Dia Internacional
da Mulher**



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO

www.crpj.org.br

[f/crpj](https://www.facebook.com/crpj)

[t/crpj](https://twitter.com/crpj)

[yt/realcrpj](https://www.youtube.com/channel/UC...)